

**UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
ÁREA DO CONHECIMENTO DE HUMANIDADES**

VANESSA CRISTINA ARALDI

**O TRABALHO ENTRE O ORGULHO, O APRISIONAMENTO E O APRENDIZADO:
A REPRESENTAÇÃO DA IDENTIDADE OPERÁRIA NA MEMÓRIA DE
EX-TRABALHADORES DA METALÚRGICA ABRAMO EBERLE**

**CAXIAS DO SUL
2019**

VANESSA CRISTINA ARALDI

**O TRABALHO ENTRE O ORGULHO, O APRISIONAMENTO E O APRENDIZADO:
A REPRESENTAÇÃO DA IDENTIDADE OPERÁRIA NA MEMÓRIA DE
EX-TRABALHADORES DA METALÚRGICA ABRAMO EBERLE**

Monografia apresentada como parte das exigências para a aprovação na disciplina de TCC II, do curso de Licenciatura em História, na Área do Conhecimento de Humanidades da Universidade de Caxias do Sul.

Orientador Prof. Dr. Ramon Victor Tisott

**CAXIAS DO SUL
2019**

VANESSA CRISTINA ARALDI

**O TRABALHO ENTRE O ORGULHO, O APRISIONAMENTO E O APRENDIZADO:
A REPRESENTAÇÃO DA IDENTIDADE OPERÁRIA NA MEMÓRIA DE
EX-TRABALHADORES DA METALÚRGICA ABRAMO EBERLE**

Monografia apresentada como parte das exigências para a aprovação na disciplina de TCC II, do curso de Licenciatura em História, na Área do Conhecimento de Humanidades da Universidade de Caxias do Sul.

Aprovada em __/__/__

Banca Examinadora

Prof. Dr. Ramon Victor Tisott
Universidade de Caxias do Sul - UCS

Prof. Dr^a. Katani Maria Monteiro Ruffato
Universidade de Caxias do Sul - UCS

AGRADECIMENTOS

Agradeço, inicialmente, à minha família, pelo suporte e apoio incondicional que me deram durante todo o período da minha graduação. Sem vocês, nada disso teria sido possível.

Ao meu orientador, Ramon Tisott, sou grata por ter sido um maravilhoso guia na pesquisa e na elaboração desta monografia.

E, finalmente, agradeço aos meus amigos — tanto aqueles de longa data quanto os que eu adquiri durante esses anos de UCS — que me apoiaram e que me acompanharam ao longo dessa caminhada.

*“Será possível amar a coletividade
sem nunca ter amado
profundamente criaturas humanas
individuais?”*

Antonio Gramsci

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é analisar como a identidade operária é representada na memória de ex-trabalhadores da Metalúrgica Abramo Eberle, no período compreendido entre 1930 e 1990, partindo de uma concepção historiográfica que valoriza a agência dos sujeitos. A análise foi realizada com base em fontes da história oral, e procurou-se identificar os aspectos que caracterizam o grupo e aquilo que é tido como o diferente; ou seja, sujeitos e práticas que ficam para além das fronteiras estabelecidas para o grupo identitário. Concluiu-se que os dois grupos aos quais os trabalhadores se opõem são a burguesia industrial e as “classes perigosas”, e que o orgulho em relação ao trabalho na fábrica é um traço marcante da identidade desses operários, embora haja contradições em relação a esse ponto.

Palavras-chave: Identidade operária. Memória. Metalúrgica Abramo Eberle.

ABSTRACT

This research aims to analyse how worker's identity is represented in the memory of ex-workers of Metalúrgica Abramo Eberle, in the period from 1930 to 1990, through a historiographical conception that values agency of people. The analysis was based on oral history sources, and it aims at identifying the aspects that mark the group and also things that are assumed as different from it; that is to say, people and practices that are beyond the borders established for the identity group. In conclusion, the two groups from which the labourers oppose are the industrial bourgeoisie and the "dangerous classes", and the pride related to the work in the factory is a striking feature of the identity of these workers, although there are inconsistencies about this point.

Keywords: Worker's Identity. Memory. Metalúrgica Abramo Eberle.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 — Ao centro, o prédio Metalúrgica Abramo Eberle em 1957.....	20
Figura 2 — Funcionários da seção de plásticos da Metalúrgica Abramo Eberle em 1954.....	21
Quadro 1 – Períodos aproximados em que os entrevistados trabalharam na Metalúrgica Abramo Eberle	23

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1. ONDE, QUANDO, QUEM?	15
1.1 O MUNICÍPIO	15
1.2 A FÁBRICA	18
1.3 OS OPERÁRIOS	22
1.4 A MEMÓRIA	26
2. IDENTIDADE	32
2.1 O TRABALHO E A ÉTICA	35
2.2 “EU TRABALHO NO EBERLE”	41
2.3 SINDICATO, FÁBRICA, LEALDADE	46
3. DIFERENÇA	55
3.1 OS OUTROS	55
3.2 QUESTÕES DE GÊNERO	60
3.3 LIBERDADE	69
CONSIDERAÇÕES FINAIS	73
FONTES	76
REFERÊNCIAS	77

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como tema a história do operariado industrial, com foco mais específico na identidade operária registrada na memória de ex-trabalhadores. Assim, analisei relatos de trabalhadores da Metalúrgica Abramo Eberle, fábrica localizada na cidade de Caxias do Sul, que atuaram na empresa em diferentes períodos ao longo do século XX¹.

Desta forma, este estudo insere-se na *história social do trabalho*, perspectiva que hoje pode ser considerada um clássico da historiografia. Porém, como a História também tem sua história, há de se reconhecer os caminhos pelos quais essa temática passou até que se alçasse à posição que ocupa atualmente.

No Brasil, os trabalhadores urbanos passaram a ser objeto da História a partir das décadas de 1950 e 1960. Inicialmente, eles foram estudados a partir da sua atuação no movimento operário organizado, tendo-se o operário fabril como o modelo ideal de trabalhador. Nos anos 1980, com a incorporação de autores como Antonio Gramsci e Edward Palmer Thompson, esse cenário começou a mudar, visto que agregaram-se às análises postulados importantes desses teóricos, como a centralidade da *experiência* na formação da classe operária e a defesa de que a história do operariado não seria universal, apresentando particularidades conforme o *espaço* a ser estudado. Para além disso, somaram-se aos estudos brasileiros as contribuições de novas tendências historiográficas francesas e inglesas, como a *nova história*, a *história social*, a *história cultural*, entre outros (LONER, 2012, p. 13-14).

Nesta nova fase da história do trabalho no Brasil, também diversificaram-se as fontes — que antes se constituíam principalmente em documentos escritos oficiais e em registros produzidos pelo operariado organizado (atas, jornais, panfletos, etc.) —, incluindo-se, entre outros, as fontes da história oral; e direcionou-se o foco para o trabalhador comum em sua experiência cotidiana (p. 13-14).

Na década de 1990, com a crise do socialismo real e do marxismo, a história do trabalho foi profundamente abalada. Porém, no século XXI, segundo Claudio Batalha, ela fugiu do ostracismo a partir da ampliação de seus temas, abordagens e enfoques: o recorte de classe não é mais visto como absoluto, e convive com os de gênero, de raça, de etnia; não se

¹ O recorte temporal foi pensado a partir dos depoimentos de ex-operários que foram utilizados como fontes deste trabalho. Os operários entrevistados passaram pela Metalúrgica Abramo Eberle entre as décadas de 1930 e 1990, conforme o Quadro 1, na página 23.

consideram na análise apenas os aspectos que unificam os trabalhadores, mas também os que os dividem; e os marcos temporais e geográficos da história do trabalho brasileira estenderam-se consideravelmente (BATALHA, 2006, p. 89).

Entre essas novas tendências das últimas décadas, encontra-se o tema da identidade operária, cujos primeiros trabalhos remontam a fins da década de 1980² (BILHÃO, 2010, p. 221). A ampliação das abordagens, que trouxe a história oral para o centro dos estudos acerca do trabalho, também levou os historiadores a recorrerem ao conceito de *memória* nas suas análises, ao relacionarem a explicação histórica aos significados que os operários atribuem às suas vivências.³

A escolha do objeto desta pesquisa é motivada pelo fato de que a cidade de Caxias do Sul, espaço do qual tratará este estudo, é um importante pólo industrial do Rio Grande do Sul, sendo reconhecida como o segundo maior pólo industrial metal-mecânico do Brasil. Ainda assim, há poucos estudos sobre a história do operariado caxiense; e, quando se reduz o foco para o tema da identidade, o número de pesquisas encontradas diminui ainda mais.⁴

² Um balanço realizado pela historiadora do trabalho Isabel Bilhão aponta que, no campo da História, encontram-se entre os trabalhos pioneiros *A vida fora das fábricas*, de Maria Auxiliadora de Decca (1987); *Identidade da classe operária no Brasil (1880-1920): atipicidade ou legitimidade*, de Claudio Batalha (1992); e *Memórias de sapateiros: transformações no mundo do trabalho e identidade*, de Teresa Malatian (2001). A maioria desses estudos observava a identidade dos operários a partir de questões ligadas apenas aos domínios do seu ofício; porém, ainda em fins dos anos 1990, alguns estudos passaram a atentar também para as vivências fora das fábricas enquanto aspectos importantes na constituição da identidade. Entre esses trabalhos, há *Trabalhadores, identidade de classe e socialismo: os gráficos de Maceió (1895-1905)*, de Osvaldo Batista Acioly Maciel (2009 — livro que resulta de dissertação de mestrado defendida em 2004); *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*, organizado por Claudio Batalha, Fernando Teixeira da Silva e Alexandre Fortes (2004); *Class, ethnicity, and gender in Brazil: the negotiation of workers' identities in Porto Alegre's 1906 strike*, de Joan Bak (2000 — publicado em português em 2003); e *Identidade e trabalho: uma história do operariado porto-alegrense (1898-1920)*, da própria Isabel Bilhão (2005) (BILHÃO, 2010, p. 221-230).

³ Nos anos de 1980, já encontrava-se o emprego do conceito de memória para o estudo de trabalhadores na obra *A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés*, do antropólogo José Sergio Leite Lopes (1988). Na historiografia propriamente dita, encontramos, no século XXI, trabalhos como o já citado *Memórias de sapateiros: transformações no mundo do trabalho e identidade*, de Teresa Malatian (2001) (BILHÃO, 2010, p. 223); *A problemática da memória como linguagem social e prática política: a experiência de trabalhadores da empresa Thyssenkrupp do Brasil*, de Yara Aun Houry (2012); *História, trabalho e memória política. Trabalhadores rurais, conflito social e medo na Amazônia (1970-1980)*, de Regina Beatriz Guimarães Neto (2014); e *Do tecer da memória ao tecido da História: operários, trabalho e política na indústria têxtil em Fernão Velho (Maceió, AL, 1943-1961)*, de Marcelo Góes Tavares (2016).

⁴ Foram encontrados apenas dois trabalhos que tratam do tema da identidade: a dissertação de mestrado de Cleci Favaro Klein, *De "Bairro Lusitano" a "Zona Tronca": a presença dos portugueses em Caxias do Sul (1911-1931)*, que aborda o grupo de tanceiros lusitanos que se instalou em Caxias do Sul (KLEIN, 1984); e o livro de Maria Abel Machado, produto de sua dissertação de mestrado, *Mulheres sem rosto*, que traça um perfil das mulheres operárias da cidade (MACHADO, 1998).

Os — poucos — estudos sobre fenômenos relacionados à indústria em Caxias do Sul vão desde investigações de caráter panorâmico acerca da gênese da indústria caxiense até olhares mais específicos sobre sujeitos determinados, como os operários da Metalúrgica Abramo Eberle, as mulheres operárias da cidade, os aprendizes industriais ou os tanoeiros portugueses⁵.

Fazendo um balanço dessas obras, percebe-se, em primeiro plano, a pouca atenção que o tema recebeu ao longo do tempo. Na década de 1980 foram produzidas três obras, e as duas décadas posteriores contam apenas com uma e duas produções, respectivamente.

As obras das décadas de 1980 e 1990 — de Lazzarotto (1981), Klein (1984), Machado (1988) e Herédia (publicada no Brasil em 1997, mas concluída em 1992) — são de inspiração marxista, mas não incorporaram as principais tendências que Loner (2012) aponta para os anos 1980, conforme mencionado anteriormente. Ainda assim, a publicação dessas obras foi de grande importância, visto que elas abriram caminho para novos estudos e apresentaram contribuições das mais variadas. A incorporação de postulados teóricos de autores como E. P. Thompson só se deu nos anos 2000, com a publicação da dissertação de mestrado (2008) e a tese de doutorado (2017) de Tisott, que buscam estudar a classe no seu fazer-se e valorizam a experiência dos sujeitos enquanto categoria de análise.

Na década de 2010, também foi publicada a dissertação de mestrado de Tessari (2013). Ao analisar imagens fotográficas de um álbum publicado pela Metalúrgica Abramo Eberle sobre a sua história, Tessari acaba por oferecer um olhar sobre a história dos trabalhadores locais.

Não obstante, nenhuma dessas obras contempla a identidade dos operários da Metalúrgica Abramo Eberle, tema de que trata esta monografia.

⁵ Nesse sentido, encontramos os trabalhos de Vânia Herédia *Processo de industrialização da zona colonial italiana: estudo de caso da primeira indústria têxtil do Nordeste do Estado do Rio Grande do Sul*, escrito em 1992 e publicado como livro em 1997; de Ramon Tisott *Pequenos trabalhadores: infância e industrialização em Caxias do Sul (fim do Séc. XIX e início do Séc. XX)*, de 2008, e *Formar trabalhadores, transformar a sociedade: o ensino industrial em três tempos (Caxias do Sul, 1901-1964)*, de 2017; de Valentim Lazzarotto *Pobres Construtores de Riqueza: absorção da mão de obra e expansão industrial na Metalúrgica Abramo Eberle: 1905-1970*, de 1981; e de Anthony Beux Tessari *Imagens do Labor: memória e esquecimento nas fotografias do trabalho na antiga metalúrgica Abramo Eberle (1896-1940)*, de 2013. Foram encontrados apenas dois trabalhos que tratam do tema da identidade: a dissertação de mestrado de Cleci Favaro Klein, *De “Bairro Lusitano” a “Zona Tronca”: a presença dos portugueses em Caxias do Sul (1911-1931)*, que aborda o grupo de tanoeiros lusitanos que se instalou em Caxias do Sul (KLEIN, 1984); e o livro de Maria Abel Machado, decorrente de sua dissertação de mestrado, *Mulheres sem rosto*, que traça um perfil das mulheres operárias da cidade (MACHADO, 1998).

Assim, esta pesquisa se propõe a contribuir para a história do trabalho em Caxias do Sul e, pensando o operariado a partir da temática da identidade, atentar à vivência cotidiana dos trabalhadores na fábrica e às relações que se estabeleciam dentro desse grupo e fora dele. Desta forma, pretende-se colaborar para uma interpretação da formação da classe trabalhadora no Brasil a partir da experiência dos sujeitos, valorizando a agência histórica dos operários.

Outro aspecto que motiva o estudo deste tema é o fato de que Caxias do Sul se constitui numa cidade operária — visto que a indústria é o setor da economia com o maior número de postos de trabalho⁶ — e cuja maioria dos habitantes seria beneficiada, portanto, pelos direitos sociais e por uma legislação que regulamentasse as relações de trabalho e protegesse os trabalhadores. No entanto, grande parte da população da cidade é politicamente reacionária — o que pode ser percebido, por exemplo, nos resultados das eleições presidenciais de 2018: no segundo turno, o candidato de extrema-direita Jair Bolsonaro recebeu 75,07% dos votos entre os eleitores caxienses⁷ — o que se constitui em uma clara contradição, já que, historicamente, os grupos conservadores brasileiros costumam defender justamente a liberalização das relações de trabalho. Assim, penso que essa contradição só pode ser compreendida ao se estudar a história da formação da classe operária na região — e, neste sentido, o estudo da construção da identidade desse grupo se faz central.

Ademais, a natureza do objeto desta pesquisa permite que seja explorada a riqueza dos relatos do Banco de Memória Oral do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami (AHMJSA)⁸, que se constituem em fontes importantíssimas, e ainda pouco exploradas, para a construção da história de Caxias do Sul de um modo geral, e da história do operariado caxiense de maneira específica.

⁶ Segundo os dados do Ministério do Trabalho e Emprego referentes a setembro de 2013 divulgados no *Perfil Socioeconômico - Caxias do Sul*, dos 174.694 trabalhadores empregados, 84.884 estavam na indústria de transformação; na segunda posição está o setor de serviços, que empregava 52.383 pessoas (CAXIAS DO SUL, p. 39).

⁷ GAZETA DO POVO. Resultados para Presidente no Rio Grande do Sul em Caxias do Sul (RS). Disponível em: <<https://especiais.gazetadopovo.com.br/eleicoes/2018/resultados/municipios-rio-grande-do-sul/caxias-do-sul-rs/presidente/>>. Acesso em: 29 jun. 2019.

⁸ O Banco de Memória Oral foi criado em 1980 e conta com mais de mil entrevistas. “As entrevistas versam sobre diferentes temas: histórias de vida, política, educação, cultura, arte, associativismo, industrialização, sindicalismo, religião, esporte, entre outros. Os relatos também retratam a vida cotidiana, revelando valores, costumes, hábitos e a trama das relações sociais e familiares. A faixa etária dos entrevistados, oriundos de diversos segmentos sociais, se estende dos 20 aos 106 anos, o que é representativo para uma cidade que recebeu seus primeiros colonizadores em 1875” (ARQUIVO HISTÓRICO JOÃO SPADARI ADAMI, s.d.). A maioria dessas entrevistas foi realizada por servidores do Arquivo Histórico — no caso daquelas utilizadas para esta pesquisa, a entrevistadora é Sônia Storchi Fries — e parte do acervo é composto por doações de entrevistas realizadas por outros pesquisadores — nesta pesquisa, utilizo três entrevistas produzidas pela historiadora Maria Abel Machado.

Esses relatos, inclusive, são as principais fontes para esta pesquisa. Foram utilizadas dez entrevistas do *Banco de Memória Oral*, realizadas entre os anos de 1992 e 2015, e os entrevistados são nove ex-operários — seis homens e três mulheres — da Metalúrgica Abramo Eberle, que começaram a trabalhar na fábrica entre as décadas de 1930 e 1950. São eles:

- Alvis Santos Fiedler, entrevistado em 26 de outubro de 2015;
- Antônio Rodrigues, entrevistado em 10 de janeiro de 2007;
- Balduino Aimi, entrevistado em 24 de novembro de 2014;
- Hilda Gollo Gazzana, entrevistada em 09 de outubro de 1992;
- Humberto João Storchi, entrevistado em 14 de outubro de 2003 e em 04 de setembro de 2012;
- Iria Périco, entrevistada em 25 de outubro de 1992;
- Maria Rasia, entrevistada em 09 de outubro de 1992;
- Nicanor Moreira da Silva, entrevistado em 03 de novembro de 2003;
- Oscar Roth, entrevistado em 06 de novembro de 2003.

Além disso, serão analisadas as entrevistas realizadas com seis ex-operários — uma mulher e cinco homens — da Metalúrgica Abramo Eberle que estão presentes no documentário *A Honra do Trabalho*⁹, produzido em 2013:

- Alvis Santos Fiedler (que também consta na relação acima);
- Eugenio Luiz Bastiani;
- Getulio Ravizzoni;
- Jandira Ravizzoni;
- João Wianey Tonus;
- Orevil Bellini.

⁹ O projeto “é uma criação coletiva, iniciativa de um grupo multidisciplinar que se conheceu num curso de pós-graduação em Gestão de Bens Culturais. Consiste na realização de um documentário com o objetivo de resgatar a memória do trabalho na antiga Metalúrgica Abramo Eberle. Através do testemunho de ex-funcionários da empresa, pretendemos mostrar como os bens materiais e imateriais produzidos pela indústria são importantes para se entender, não só a dinâmica da produção material, mas também as relações históricas e sociais que se desenvolveram em torno dela.

O documentário ‘A Honra do Trabalho’ busca a sensibilização da comunidade caxiense sobre a relevância deste patrimônio e a necessidade de preservar essa memória.” (PROJETO A HONRA DO TRABALHO, 2013).

Complementarmente, foram utilizadas outras fontes, a fim de se obter maiores informações sobre a trajetória desses ex-operários. Assim, consultei livros de pagamento dos operários, pertencentes ao acervo do AHMJSA, e fontes jornalísticas, como o Jornal O Pioneiro e o Boletim Eberle.

Este estudo objetiva, assim, analisar como a identidade operária é representada na memória de ex-trabalhadores da Metalúrgica Abramo Eberle. Para isso, procurei identificar condições semelhantes em relação à experiência de trabalho dos operários nos relatos analisados; perceber se há fatores de divisão internos ao grupo identitário; reconhecer os grupos dos quais os ex-operários procuram se diferenciar; identificar marcadores de gênero e informações sobre a organização operária, o cotidiano nas fábricas e os valores do trabalho na representação da identidade operária entre os ex-trabalhadores; e observar de que forma se manifesta a memória manipulada nos testemunhos desses ex-operários.

Já no que diz respeito ao referencial teórico desta pesquisa, foram mobilizados três conceitos centrais: o de *identidade*, de acordo com as contribuições de Kathryn Woodward; complementado pelo de *identidade operária*, para o qual as reflexões do historiador E. P. Thompson sobre as classes sociais foram essenciais; e o de *memória*, conforme pensado pelo filósofo Paul Ricoeur.

Quanto à organização dos capítulos, procedi a uma divisão temática. Desse modo, o primeiro capítulo apresenta os personagens desta história e os situa no espaço e no tempo; o segundo capítulo trata daquilo que caracteriza a identidade do grupo em questão; e o terceiro capítulo expõe atributos, sujeitos e práticas que se situam no exterior das fronteiras delimitadas para esse grupo.

1. ONDE, QUANDO, QUEM?

Neste primeiro capítulo são apresentados, inicialmente (nos subcapítulos 1.1 e 1.2), o cenário em que se dá a história aqui em questão: o município de Caxias do Sul, de maneira mais ampla, e, reduzindo-se o foco, a Metalúrgica Abramo Eberle. Em seguida, no subcapítulo 1.3, trata-se dos personagens focalizados por este estudo — os ex-trabalhadores a cujas entrevistas tive acesso — e, no subcapítulo 1.4, situa-se o objeto desta pesquisa no tempo.

1.1 O MUNICÍPIO

O município de Caxias do Sul faz parte da *zona colonial italiana*, que corresponde à área da Encosta Superior do Nordeste, no Rio Grande do Sul. Essa região foi colonizada — após a expulsão dos povos nativos — majoritariamente por imigrantes da península itálica no último quartel do século XIX, a partir da política de imigração do governo imperial (e depois republicano) brasileiro, que tinha por finalidade instalar “[o] trabalho livre, o regime de pequena propriedade, a agricultura subsidiária, a mão de obra branca, [assim] assegurando a hegemonia nas regiões de fronteiras” (HERÉDIA, 1997, p. 31).

Na *Colônia Caxias*, a maioria dos imigrantes passou a ocupar lotes rurais — mesmo porque, de acordo com as intenções do governo, “a ocupação urbana deveria acontecer a partir de um projeto eminentemente rural, daí que tinha um caráter marginal ou subsidiário. Tudo foi planejado para que se desenvolvesse, na região colonial italiana, uma civilização tranquila, honesta, construtiva e não histórica” (MACHADO, 2001, p. 46) —, mas alguns dos novos moradores se dirigiram para os lotes urbanos, que eram menores e mais caros (p. 49).

No campo, a pequena propriedade se organizou a partir do trabalho familiar, e as tarefas eram divididas conforme o gênero e a idade dos membros da família (p. 56). Ao “colono” pertenciam a terra e os instrumentos de trabalho, e a produção, inicialmente voltada para a subsistência, se constituía principalmente de culturas como milho, trigo, feijão, uva, etc., e dos chamados *produtos coloniais*, como banha, embutidos, geléias, vinho, etc. (p. 57-58). Já na cidade,

o surgimento de inúmeras oficinas, artesanatos e manufaturas, destinados à fabricação de utensílios e instrumentos de trabalho, necessários para o desempenho das mais diversas atividades, possibilitou que houvesse uma gama significativa de pequenos estabelecimentos, que foi se ampliando, obedecendo à demanda existente. O núcleo urbano que deveria atender inicialmente às necessidades dos administradores da Colônia, transformou-se num entreposto comercial na região (p. 65)

Assim, à medida que a propriedade agrícola foi gerando excedentes de produção, instalou-se a comercialização desses produtos, que era realizada nas casas comerciais da Colônia Caxias. Com o tempo, o comerciante passou a controlar a produção do agricultor, “seja pelo domínio econômico do primeiro sobre o segundo, seja pelo monopólio dos transportes e pelo controle do crédito” (HERÉDIA, 1997, p. 58).

Desse modo, a agricultura colonial foi transformada “em um dos elementos formadores do capital comercial, possibilitando, através dessa acumulação, novos investimentos direcionados à indústria” (MACHADO, 2001, p. 59). Portanto, de acordo com a autora, pode-se situar a origem dos capitais para a industrialização caxiense no comércio, que, por sua vez, originou seu capital da absorção dos rendimentos do trabalho agrícola.

Já nas primeiras décadas do século XX, o sistema de minifúndios — em Caxias do Sul e no restante da região — começava a entrar em crise, visto que, com o passar das gerações, e levando-se em conta as altas taxas de natalidade na região, as pequenas propriedades não eram suficientes para o sustento das famílias. Assim, iniciou-se um processo de êxodo rural, e os colonos “passaram então a buscar trabalho nos centros urbanos, privilegiando Caxias do Sul que possuía já um importante parque industrial, dotado de equipamentos sofisticados para a época, que vinham sendo importados da Europa desde o final da década de [19]20” (p. 93).

Nos anos de 1940, a cidade registrava um grande crescimento industrial e comercial, em parte devido à Segunda Guerra Mundial, visto que algumas das fábricas de Caxias do Sul foram declaradas *de interesse militar* e “deviam trabalhar com capacidade plena para as forças

armadas brasileiras” (p. 109). Os migrantes, atraídos por essas condições, continuavam a assomar à cidade, o que acabou por contribuir para o agravamento do problema da falta de habitações (p. 112). Os mais pobres dentre esses migrantes passaram a ocupar áreas não demarcadas e arruadas, como é o caso da região conhecida como *Burgo*:

Na década de 1940, com o crescimento da cidade para a face leste, a área não demarcada do Burgo começou a ser ocupada por pessoas muito pobres, vindas do interior, especialmente dos Campos de Cima da Serra. [...] Por não terem recursos, construíam os barracos de papelão e latas de azeite, passando a morar em subabitações. Sua condição de ‘miséria’ não lhes permitia pagar aluguel ou adquirir um terreno para construir sua própria moradia. [...] O Burgo se constituiu na primeira favela da cidade, com todos os problemas que esse tipo de aglomerado pode apresentar; a miséria traz doenças e violência (p. 143-144).

Em locais como o Burgo, “doença, imoralidade e pobreza se enredam numa trama maldita, de tal modo que as condições de moradia precárias eram imediatamente associadas à imoralidade e às doenças, demarcando um território rejeitado na cultura urbanística da cidade” (ROLNIK, 1997 apud MACHADO, 2001, p. 144).

Décadas mais tarde, devido à vizinhança do bairro com loteamentos destinados à classe média, o Burgo passou, com a intervenção do poder público, por um processo de urbanização, com a regulamentação da distribuição de água e luz e a melhoria das condições de higiene e saneamento (p. 144). Ele seguiu sendo um bairro pobre e o estigma em relação aos seus moradores permaneceu, mas as condições de vida desses habitantes melhoraram consideravelmente.¹⁰

Para o restante das favelas caxienses, porém, a lógica foi diferente: na maioria dos casos, “os moradores de baixa renda eram ‘empurrados’ para a periferia, à medida que se expandiam as áreas destinadas aos habitantes de melhor renda” (p. 144).

Essa população urbana, em contínuo crescimento, foi aproveitada como mão-de-obra também nos anos subsequentes ao término da Segunda Guerra Mundial, em que nasceram diversas fábricas do setor metal-mecânico que depois se tornariam grandes empresas da cidade. Já no período entre 1960 e 1975, “há uma evolução acelerada das indústrias de Caxias do Sul” (SILVA, 2016, p. 75) em todas as categorias, fomentada pelos incentivos governamentais a setores que, como o metal-mecânico, tivessem mercado para exportação (p. 75), e é nesse período que a indústria caxiense se consolidou de fato. Nesse sentido,

¹⁰ Hoje, oficialmente, o bairro tem um novo nome — Jardelino Ramos — (LOPES, 2019), mas a antiga denominação ainda é muito utilizada pela população da cidade.

O financiamento da indústria se deu por incentivos, empréstimos e isenções por parte do governo; alianças temporárias ou incorporação pelo capital internacional; e pela renda não paga ao trabalhador, através da política de arrocho salarial implementada pela ditadura. O aumento de salários sempre era menor que a inflação (p. 77-78)

Em 1976, assim, a cidade contava com 2.663 empresas, com cerca de 48.542 operários. Desse ano até o final da década, o crescimento foi moderado devido à influência das crises do petróleo; a partir de 1980, a economia caxiense entrou em recessão (p. 75). Nesse período, a cidade crescia — e em ritmo acelerado: a população do município saltou de 144.871 habitantes em 1970 para 290.969 em 1991, com uma taxa de urbanização de 91% na última data (p. 129) —, devido tanto ao crescimento vegetativo quanto às migrações. Com esse crescimento, aumentavam também as sub-habitações e o subemprego de parte da população.

1.2 A FÁBRICA

A Metalúrgica Abramo Eberle, que consiste em um dos cenários que contribuíram para a formação das identidades aqui analisadas, foi uma das mais importantes empresas da cidade no período compreendido por esta pesquisa, chegando a ser, em parte do século XX, a maior fábrica de seu ramo na América Latina. (TISOTT, 2008, p. 50)

A história da Metalúrgica, pelo menos de acordo com a sua memória institucional, se confunde com a do personagem Abramo Eberle, o futuro industrial que em 1884, quando criança, emigrou da Itália para o Brasil junto à sua família (p. 51). Chegando em Caxias, o pai de Abramo, Giuseppe Eberle, adquiriu um lote rural e, logo depois, comprou uma pequena oficina de funilaria localizada no núcleo urbano da colônia (p. 53).

Em 1896, Abramo assumiu a funilaria do pai, e passou a executar uma série de outras atividades que incrementaram o seu acúmulo de capital — entre essas atividades, estava o comércio com Porto Alegre e São Paulo, que constituía num ramo altamente lucrativo.

Assim, com essas divisas acumuladas, Abramo estabeleceu sociedade com Luiz Gasparetto e abriu uma pequena fábrica metalúrgica em 1904. A partir daí, os negócios de Abramo Eberle seguiram continuamente em crescimento (p. 55-59). Refletindo sobre esses dados, o historiador Ramon Tisott aponta que

Abramo Eberle fez parte de um grupo de imigrantes que ascenderam econômica e socialmente em um período cujo contexto favoreceu isso. [...] Outro ponto em comum [com outros empresários da época] é a ascensão no decorrer da década de 1910, quando foi inaugurada a extensão ferroviária que ligava Caxias à capital, e quando se dava a Primeira Guerra Mundial. É também destacável a forte presença da família na administração dos negócios de todos esses industriais, que compartilhavam responsabilidades com familiares e delegavam a filhos e esposas importantes funções. E, por fim, uma importante constatação: todos já tinham capital acumulado e formação técnica na área em que atuaram, nenhum desses industriais passou pela condição de “extrema pobreza” a que eram submetidas multidões no século XIX e início do XX (p. 71).

O historiador Anthony Beux Tessari, refletindo sobre o período em que Abramo Eberle esteve à frente da fábrica, aponta o patriarcalismo que marcava as relações entre o patrão e os empregados, o que fazia com que os operários se sentissem orgulhosos de trabalhar numa fábrica com a qual se identificavam. Nesse sentido, ele defende que “a fábrica de Abramo Eberle era tratada como uma ‘grande família’. Em todo o período em que Abramo esteve à frente da fábrica (1896-1945) os operários nunca promoveram greves ou mesmo organizaram sindicatos” (2013, p. 39) — veremos, mais adiante, que a questão das lutas operárias ganhou mais força nos anos após a morte de Abramo, mas que o aspecto do orgulho de se trabalhar na Eberle continuou tendo muita força.

Abramo Eberle e seus filhos, que assumiram a fábrica após a morte do patriarca, investiram fortemente na construção da memória institucional da Metalúrgica. Um dos elementos importantes na construção dessa memória foi a ideia de que Abramo seria um *self-made man*; ou seja, construiu-se o mito de que o trabalho árduo — e dignificante — do empresário foi o que teria proporcionado sua riqueza material e moral. É significativa, neste sentido, a frase que estava estampada na fachada do novo prédio da Metalúrgica Abramo Eberle, construído na década de 1940: “TRABALHO HONRADO E CONSTANTE TUDO VENCE” (p. 47).

Esse ideário do *self-made man*, inclusive, encontra eco na cultura popular da região, conforme Tessari pontua:

na linguagem popular, transmitida oralmente entre as gerações de imigrantes, os provérbios no dialeto talian, trazido da Itália e desenvolvido no Brasil, também evidenciam o lugar do trabalho para aquela sociedade, identificando os seus resultados, não raro, ao miraculoso: “El sudore no lé mia santo, ma ndove el casca el fá mirácoli” (o suor não é santo, mas onde ele cai faz milagres), ou, então, destacando a inevitabilidade do trabalho para a própria subsistência: “Bisogna laorar, se se vol magnar” (é preciso trabalhar se quiser comer) (p. 48).

Nesse sentido, o mito do trabalho procurou reforçar, no caso da memória institucional da Metalúrgica Abramo Eberle, preceitos muito similares aos que foram identificados por José de Souza Martins no seu estudo do industrialista Conde Matarazzo:

O enriquecimento do burguês foi entendido como resultado do seu próprio trabalho, das suas privações e sofrimentos, e não como o produto da exploração do trabalhador. A dominação e a exploração do capital passaram a ser concebidas como legítimas porque a riqueza não seria fruto do trabalho proletário, mas sim do trabalho do empresário. Enfim, o trabalho que cria o capital não seria o trabalho expropriado, e sim o trabalho próprio (MARTINS, 2010 apud TESSARI, 2013, p. 48).



Figura 1 — Ao centro, o prédio Metalúrgica Abramo Eberle em 1957.
Foto: Studio Geremia / Acervo do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami

Para a consolidação dessa memória institucional da Eberle, a fábrica também se utilizou de imagens e símbolos, sendo que o elemento mais representativo é a “casinha”, uma réplica da pequena funilaria em que Abramo iniciou seus negócios, e que ainda hoje é exibida

no topo do prédio onde funcionou a metalúrgica, conforme pode-se ver na figura acima. Tessari aponta que:

A velha “casinha”, como é tratada nas publicações oficiais da empresa, havia sido desmanchada no início da década de 1940, com todo o zelo possível, sendo as tábuas numeradas uma por uma. O desejo do industrialista [Abramo Eberle] era que um dia pudesse reerguê-la novamente, para manter sempre presente a lembrança do passado duro enfrentado na terra inóspita que viera para colonizar e como conseguiu nela vencer, através de trabalho “honrado e constante”. Num desejo de memória queria, com isso, mostrar às gerações vindouras como havia concretizado o sonho imigrante de *far la América* (p. 48-49).

Além disso, após a morte do empresário, instituiu-se uma espécie de culto à sua figura dentro da metalúrgica. Nas atas de reuniões de associados da fábrica, na década de 1960, consta que fazia-se um minuto de silêncio, antes do início das tratativas, “em homenagem à memória do nosso saudoso fundador, ABRAMO EBERLE¹¹”; além do mais, algumas seções da fábrica contavam com retratos do industrialista pendurados na parede, conforme vê-se abaixo:



Figura 2 — Funcionários da seção de plásticos da Metalúrgica Abramo Eberle em 1954.

Foto: Arquivo Histórico João Spadari Adami

¹¹ O Pioneiro, Metalúrgica Abramo Eberle S/A, Ata de Assembléia Geral Extraordinária. Ano XX, número 7, 1967, p. 11.

Percebe-se aqui, portanto, alguns traços importantes da memória institucional que os empresários buscaram construir, e que tinha por intenção implicar nas relações sociais dentro da empresa: assim, o culto à figura de Abramo Eberle e o mito do trabalho relacionado a esse personagem intencionavam causar a passividade dos funcionários e fomentar, entre eles, a crença de que ascenderiam socialmente por conta de seu trabalho árduo; o amor e o orgulho em relação à fábrica; entre outros elementos.

Retomando a narrativa sobre a direção da Metalúrgica, tem-se que, após a morte de Abramo, ocorrida no ano de 1945, a fábrica passou a ser chefiada por seu primogênito José Venzon Eberle. Reconhecido por seus conhecimentos técnicos, José, o “Beppim”, havia estudado, quando jovem, mecânica e eletrotécnica no Instituto Técnico de Mittweida, na Alemanha (TISOTT, 2008, p. 64-65). Em 1953, com o falecimento de José, assumiu o seu posto Júlio João Eberle, seu irmão mais novo (LAZZAROTTO, 1981, p. 37-40). A empresa seguiu sendo um “negócio de família” até 1973, quando “desaparece o sistema presidencialista de administração da Metalúrgica, e conseqüentemente o poder central deixava de emanar dos descendentes diretos de Abramo Eberle” (LAZZAROTTO, 1981, p. 40).

Ao se despedir da presidência da Metalúrgica, em seu discurso, Júlio Eberle apresentou um perfil da fábrica naquele tempo:

Hoje temos a satisfação de entregar uma empresa classificada em 4º. lugar, no Rio Grande do Sul e entre as maiores do país.
Entregamos quatro fábricas em pleno funcionamento, nas quais operam 3.400 operários, de quem depende uma coletividade de aproximadamente 12.000 pessoas. Entregamos um Departamento de Vendas ramificado em todo o Brasil, com escritórios próprios em Porto Alegre e no Rio de Janeiro. (LAZZAROTTO, p. 40).

A Eberle, assim, havia se consolidado como uma fábrica de grande porte e que contava com um grande número de trabalhadores. Mas quem eram esses trabalhadores?

1.3 OS OPERÁRIOS

Para o estudo da representação da identidade operária na memória dos ex-trabalhadores da Metalúrgica Abramo Eberle, foram considerados os relatos de quatorze pessoas, registrados em entrevistas que constam do Banco de Memória Oral do Arquivo

Histórico Municipal João Spadari Adami, de Caxias do Sul, e do documentário *A Honra do Trabalho*, produzido em 2013. No quadro abaixo, constam os períodos aproximados em que os entrevistados trabalharam na fábrica:

Quadro 1 - Períodos aproximados em que os entrevistados trabalharam na Metalúrgica Abramo Eberle

	1930	1940	1950	1960	1970	1980	1990	Anos de trabalho
Alvis Santos Fiedler		1945		1966				21
Antônio Rodrigues		1948	1957					9
Balduino Aimí		1949					1990	41
Eugenio Luiz Bastiani				1969			1995	25
Getulio Ravizzoni		1944		1964				20
Hilda Gollo Gazzana	1932			1968				36
Humberto João Storchi		1940					1994	53
Iria Périco			1957-1959					2
Jandira Ravizzoni			1952 - 1955					3
João Tonus					1970-1977			7
Maria Rasia		1942			1979			37
Nicanor Moreira da Silva			1950- ?					?
Orevil Bellini		1942			1975			33
Oscar Roth		1944	1957					13

Fontes: Entrevistas do Banco de Memória Oral do AHMJSa, Documentário *A Honra do Trabalho*, Livro de Pagamentos dos Operários - Abramo Eberle & Cia 1939-1945, Jornal O Pioneiro, Boletim Eberle.

Assim, remeto, inicialmente, à infância e juventude desses indivíduos. Nesse sentido, as trajetórias desses operários, que os levaram até o trabalho na Metalúrgica Abramo Eberle, se confundem com a da massa dos trabalhadores que procuraram trabalho na indústria caxiense ao longo do século XX. Conforme pontua Lazzarotto, no período que vai de 1921 a 1945, trabalhadores de regiões próximas a Caxias do Sul — principalmente de Porto Alegre, da Encosta da Serra Geral e dos Campos de Vacaria — foram atraídos à cidade pelas notícias de que se poderia encontrar emprego na indústria caxiense (1981, p. 63-64). Muitos desses migrantes, como vimos no subcapítulo 1.1, se instalaram nas localidades mais pobres da cidade, que estavam para além das fronteiras das áreas planejadas e urbanizadas. Já Vânia Herédia, tratando especificamente do recrutamento de trabalhadores para a indústria entre migrantes do campo, vindos do interior de Caxias do Sul ou de outros municípios da região, afirma que

Enquanto os donos das casas comerciais incrementavam seus negócios, [...] os colonos viviam uma situação cada vez de maior dependência, proletarizando-se. Isso significou, no passar dos anos, o aumento do excedente de mão de obra canalizado para a indústria regional, fruto, portanto, da desvalorização da produção agrícola e da subordinação do colono ao capital. O fracionamento da propriedade, a política agrícola, o baixo preço dos produtos agrícolas, a evasão e o êxodo rural foram reflexos desse processo (1997, p. 62).

Dos quatorze operários aqui elencados, pôde-se recompor a trajetória na infância ou na juventude de onze deles.

Três nasceram na zona rural de outros municípios: Alvis Santos Fiedler nasceu na Forqueta Baixa, que hoje fica no interior da cidade de Vale Real, onde a família tinha uma pequena propriedade rural. Quando tinha seis anos, a família decidiu migrar para Caxias do Sul em busca de melhores condições de vida, e passou a trabalhar no plantio de parreirais em uma chácara. Alguns anos depois, não satisfeitos com a vida na chácara, os seus pais decidiram instalar a família na zona urbana de Caxias do Sul, e o pai de Alvis passou a trabalhar numa importante vinícola da cidade — a Cantina Luiz Antunes.

Nicanor Moreira da Silva, por sua vez, nasceu em São Francisco de Paula, na pequena propriedade da família, e se mudou com os pais e os sete irmãos para a zona urbana de Caxias do Sul ainda quando criança. A família foi atraída ao centro urbano por uma proposta de uma das vinícolas da cidade, a Cantina Luiz Michielon, que oferecia trabalho e moradia para os migrantes.

Já Oscar Roth nasceu em São Sebastião do Caí, onde os pais tinham uma pequena propriedade, e migrou para Caxias do Sul junto à família quando tinha dez anos. Na nova cidade, o pai de Oscar passou a trabalhar na realização de obras públicas.

Outros dois operários que vieram de outros municípios são Balduíno Aimi e Orevil Bellini. O primeiro vivia na zona urbana de Garibaldi, e se mudou para Caxias junto à família, que buscava trabalho para o pai — que era ferreiro — e os irmãos mais velhos. O segundo também era natural de Garibaldi, tendo chegado a Caxias do Sul aos quatro anos, mas não há mais informações sobre a origem de sua família.

Outros quatro operários nasceram no município de Caxias do Sul: Antônio Rodrigues, filho de mãe caxiense e pai português, cresceu na zona urbana da cidade, onde o pai exercia o ofício de tanoeiro; Maria Rasia também nasceu na zona urbana, sendo que seu pai era operário da Metalúrgica Abramo Eberle; e Humberto João Storchi cresceu em uma chácara no bairro Burgo, que à época ficava muito próxima à zona urbana, e seu pai trabalhava como

sapateiro, músico e desenhista arquitetônico. Hilda Gollo Gazzana também é natural de Caxias do Sul, mas não se sabe se vivia na zona urbana ou na rural.

Além disso, sabe-se que dois dos personagens — Iria Périco e Eugenio Luiz Bastiani — cresceram na zona rural, mas não foram encontradas informações sobre o município de origem deles.

Já a vida adulta desses operários é marcada pelo trabalho, em períodos maiores ou menores, na Metalúrgica Abramo Eberle. Sobre essa fase, pode-se notar semelhanças e diferenças em suas trajetórias, que permitem refletir sobre quais eram as possibilidades que estavam abertas a eles e de que forma eles as aproveitaram, além de identificar, a partir desses casos específicos, tendências gerais na formação do operariado caxiense.

O primeiro grupo, assim, é constituído por aqueles operários que trabalharam praticamente em toda a vida adulta na Metalúrgica. Esse é o caso de Balduino Aimi (nascido em 1935, trabalhou na Eberle por 41 anos, de 1949 a 1990) e Humberto João Storchi (nascido em 1925, trabalhou na Eberle por 53 anos, entre 1940 e 1994). Ambos começaram a trabalhar na fábrica ainda muito jovens — com 14 e 15 anos, respectivamente — e, ao longo dos anos, foram granjeando cargos mais altos na fábrica, até virem a atingir postos de chefia. Dessa forma, os dois alcançaram um padrão de vida mais confortável, já que passaram a fazer parte de uma “aristocracia operária”.¹²

O segundo grupo é constituído por aqueles operários que, depois de passarem muitos anos trabalhando na Eberle, saíram de lá e estabeleceram seus próprios negócios. Esse é o caso de Alvis Santos Fiedler (nascido em 1930, trabalhou na Eberle entre 1945 e 1966, e fundou, junto a outros sócios, a Metalúrgica Geman, no início da década de 1980); de Getulio Ravizzoni (trabalhou na Eberle entre 1944 e 1964, e saiu da Metalúrgica para montar um negócio em que produzia, em casa, peças para a Eberle); de Orevil Bellini (nascido em 1925, trabalhou na Eberle entre 1942 e 1975, e fundou, após sair da fábrica, a agência StudioDesign); e de Eugenio Luiz Bastiani (nascido em 1950/51, trabalhou na Eberle entre 1969 e 1995, e fundou, em 2005/06, ao lado de outros sócios, a fábrica Sabresul).

Os operários desse grupo conseguiram certa ascensão social a partir da formação técnica e da experiência profissional que obtiveram na Eberle. Na fábrica, inclusive, todos eles já tinham alcançado postos hierarquicamente mais altos.

¹² Esse conceito será definido na página 40.

O terceiro grupo é composto por Antônio Rodrigues e João Wianey Tonus, trabalhadores que já partiram, em sua vida profissional, de postos mais altos, visto que tinham maior escolaridade do que a massa dos operários fabris. Antônio (nascido em 1927, trabalhou na Eberle de 1948 a 1957) titulou-se como contador pela Escola Técnica de Comércio de Caxias do Sul em 1949, e após sair da Eberle foi gerente administrativo da Carrocerias Nicola até 1970, ano em que passou a se dedicar exclusivamente à empresa de que tinha se tornado sócio, a Automagui Veículos.

João Wianey Tonus (nascido em 1948, trabalhou na Eberle de 1970 a 1977), por sua vez, era graduado em Filosofia e em Administração de Empresas, e, na fábrica, atuou como gerente de vendas. Após sair da Eberle, envolveu-se nos campos cultural e político, tendo sido um dos fundadores do Miseri Coloni, um importante grupo teatral de Caxias do Sul, e tendo assumido, entre 2008 e 2014, as Secretarias da Cultura e do Turismo da cidade.

O quarto grupo compreende três operárias: Hilda Gollo Gazzana (nascida em 1915, trabalhou na Eberle entre 1932 e *ca.* 1968), Maria Rasia (nascida em *ca.* 1928, trabalhou na Eberle entre 1942 e 1979) e Iria Périco (trabalhou na Eberle entre *ca.* 1957 e *ca.* 1959). As três trabalharam por toda a vida adulta — as duas primeiras apenas na Eberle, enquanto Iria passou por várias fábricas — sem alcançar algum tipo de ascensão social.

Em quinto, temos a operária Jandira Ravizzoni, cuja trajetória foi um pouco diferente das outras mulheres entrevistadas: ela trabalhou na Eberle entre 1952 e 1955, e saiu da fábrica após casar-se com Getulio Ravizzoni (que também é um dos entrevistados). Assim, por meio do marido, ela conquistou certa ascensão social.

Por fim, o sexto grupo é formado por Nicanor Moreira da Silva (nascido em 1936, trabalhou na Eberle por um período indeterminado na década de 1950) e Oscar Roth (nascido em 1928, trabalhou na Eberle entre 1944 e *ca.* 1957). Em comum, os dois têm o local de moradia — o bairro Burgo — e o fato de não terem ascendido socialmente com o trabalho na fábrica. Oscar, ao ser demitido da Eberle, abriu um pequeno armazém no bairro, enquanto Nicanor passou a produzir peças em casa para a Metalúrgica. Na velhice, os dois continuavam morando no mesmo bairro, que é conhecido (conforme o subcapítulo 1.1) como um local pobre de Caxias do Sul.

1.4 A MEMÓRIA

Esta pesquisa se insere em dois tempos: o primeiro é o tempo dos *eventos*, ou seja, o período em que os fatos narrados pelos ex-operários ocorreram; o segundo, por sua vez, é o tempo em que a narrativa foi construída, ou seja, quando os ex-operários foram entrevistados e transformaram suas vivências em linguagem, “selecionando e organizando os acontecimentos de acordo com determinado sentido” (ALBERTI, 2008, p. 171).

Assim, na análise da identidade dos operários da Metalúrgica Abramo Eberle tal qual ela é apreendida pela leitura das entrevistas, é necessário compreender que estamos diante da *representação* dessa identidade na memória de ex-operários — ou seja, temos acesso privilegiado ao segundo tempo —, e que essa representação não necessariamente coincide com a maneira como esses ex-operários pensavam o grupo identitário no primeiro tempo.

Nesse sentido, pode-se usar como exemplo um trecho da narrativa de Maria Rasia em que, ao tratar da convivência e das relações que estabelecia com seus colegas na fábrica, ela comenta: “Era divertido. Agora, quando eu penso as briguinhas, as confusões que a gente tinha lá dentro da fábrica até era divertido. Mas naquele tempo eu não gostava”.¹³

A ex-operária, assim, apresenta no segundo tempo — o de quando foi entrevistada — uma interpretação diferente dos eventos se comparado com a maneira como ela parece os ter percebido no primeiro tempo — quando ela estava, de fato, vivenciando aqueles eventos. Percebe-se que, com o passar do tempo, ela começou a ver todas as intrigas que tinha com os colegas da fábrica como uma coisa boba, sem importância, divertida até, quando no primeiro tempo essas brigas eram algo que realmente a incomodava.

Dessa forma, para uma melhor apreensão do objeto, cabe questionar o que é *memória*. Nesse sentido, o filósofo Paul Ricoeur apresenta contribuições valiosas para que se pensem o que ele chama de “fenômenos mnemônicos”, que são, para o autor, o único recurso que se possui para a referência ao passado. Em outras palavras, “não temos nada melhor do que a memória para significar que algo aconteceu, ocorreu, se passou *antes* que declarássemos nos lembrar dela” (2007, p. 40).

Para o filósofo, em primeiro lugar, tem-se de definir a diferença entre a imaginação e a memória: a separação entre elas se dá pelas distintas intencionalidades que comportam, pois enquanto a primeira se ocupa do irreal, do fantástico, a segunda trata da realidade anterior, do passado (p. 25-26).

¹³ Entrevista de Maria Rasia à historiadora Maria Abel Machado, 1992; acervo do Banco de Memória Oral do AHMJSA.

Em um segundo momento, o autor passa a evocar uma série de pares dicotômicos para que se evitem confusões em torno do termo *lembrança*, e a primeira distinção que se constitui é entre o hábito e a memória — o primeiro, enquanto *memória-hábito*, se refere àquilo que é ligado ao presente, que não se reporta necessariamente ao passado, como a repetição de uma lição decorada ou o ato de andar; a segunda, como *memória-lembrança*, faz referência à anterioridade, e é marcada pela representação, já que traz de volta à consciência algo que havia saído de seu horizonte (p. 43-45).

Ricoeur também expõe a diferença entre duas formas de lembrança, de acordo com a dicotomia introduzida por Husserl: a primeira é a *lembrança primária*, que se refere a algo que ainda ressoa no presente, como a uma melodia que “desapareceu”, deixou de ser ouvida, mas que “voltou” à consciência em seguida. Já a *lembrança secundária* diz respeito a um objeto temporal que é reproduzido na consciência, e que não tem mais relação com a percepção presente — ou seja, é realmente passado (49-53).

Neste estudo, a noção de memória ajustada à natureza das fontes históricas aqui utilizadas — testemunhos orais coletados em arquivo, e que se referem a acontecimentos do passado — é aquela representada pela *memória-lembrança* e pela *lembrança secundária*.

Na sequência do estudo, o autor atenta para as possibilidades de falha da memória, que poderiam vir a se converter em abusos — ou seja, em manipulações e distorções a nível narrativo, ideológico e ético-político (p. 82-104). Em meio a essas possibilidades de distorção, o filósofo traça a categoria de *memória manipulada*, que se caracteriza pela “manipulação concertada da memória e do esquecimento por detentores de poder” (p. 93). Ela seria, assim, uma espécie de memória instrumentalizada, ligada umbilicalmente à questão da identidade tanto de indivíduos quanto de grupos.

O grupo de operários de que trata esta pesquisa, por exemplo, apresenta a característica de *positivar* a memória relativa à experiência na fábrica; ou seja, nas entrevistas, as experiências negativas, os problemas ou as insatisfações relacionadas ao trabalho na fábrica costumam ser deixadas de lado ou, quando vêm à tona, têm muito menos destaque na fala dos ex-operários do que o têm as experiências positivas e os comentários elogiosos em relação à metalúrgica. Logo, pode-se refletir sobre como a manipulação, a partir dos detentores do poder, atuou para estabelecer esse arranjo quanto ao que deve ser lembrado e ao que deve ser esquecido.

O operário Alvis Santos Fiedler, por exemplo, comentou em entrevista a sua insatisfação por ter recebido uma gratificação de valor menor do que o esperado¹⁴, e também narrou um episódio em que teria sido desrespeitado pelo dono da fábrica¹⁵. Porém, em sua entrevista, esses aspectos não receberam tanta atenção ou foram mesmo suavizados — como é o caso do segundo exemplo, em que a história é narrada com um tom quase que jocoso, e em que atitude desrespeitosa do chefe é ofuscada pelo próprio encanto que Alvis demonstra por ter estado em contato com um dos Eberle —, e prevaleceu a atitude elogiosa em relação à metalúrgica, evidente na afirmação em uma das afirmações dele: “Mas do Eberle, eu só tenho agradecimento, pelo amor de Deus!”¹⁶

Paul Ricoeur, assim, também se dedica a relacionar a memória, seu objeto principal, com outro conceito relevante para esta pesquisa: o de *identidade*. Para ele, a identidade — assim como a memória manipulada — seria bastante frágil, já que ela se ancora numa relação difícil com o tempo (como permanecer o mesmo no tempo?), num confronto com outrem (nossa identidade é tão frágil que não consegue tolerar a alteridade do outro?) e na herança da violência fundadora (os acontecimentos que significam glória para alguns constituem uma

¹⁴ “Mas o que me aborreceu, me aborreceu uns três anos, deixa ver, uns três anos antes de eu sair, porque eu saí da Metalúrgica Eberle em [19]66, a pedido do Alberto Bellini pra trabalhar na empresa dele. O que me aborreceu... como eu vou dizer? Eu ganhava gratificação, ganhava uma gratificação no fim do ano, a Metalúrgica Abramo Eberle dava gratificação pros mestres, pros encarregados e algumas pessoas, eu não era encarregado de ninguém, mas uma pessoa que se destacavam no trabalho, eu ganhava no fim do ano, não me lembro bem, meio salário do ordenado que eu ganhava, um pouquinho mais. Mas, chegou um ano que eu achava bom, esse ano eu mereço mais, eu acho que eles vão me dar um ordenado e não meio ou dois terço, não sei quanto eu ganhava. Eu fiquei chateado, até eu fui falar com o seu Hugo: ‘Puxa, seu Hugo! - ‘É, mas quem resolve isso aí é a direção. A direção tem uma determinada verba pra distribuir e aquela verba é distribuída proporcionalmente, não posso chegar e dizer assim: olha, tu merece tanto, se eu não tenho aquela verba’. Lá na seção tinha uns quatro ou cinco que ganhavam essa gratificação, né?” (Entrevista de Alvis Santos Fiedler ao Banco de Memória Oral do AHMJSa, 2015).

¹⁵ “Fiz todos aqueles modelos e mandaram fazer, eu fiz todos aqueles modelos. Quando estava mais ou menos pronto aquele modelo, devia ter umas quinze, vinte peças, o Hugo Seidl recolheu, botamos encima [sic] de uma mesa pra ver como ficou. não ficou, ele disse: ‘Bom, agora vamos ver se eles vão aprovar esse produto aqui, tem que mostrar pro Júlio Eberle’, [...] E o Júlio Eberle tinha o gabinete no quinto andar, no último andar, lá encima [sic] perto do relógio, eu sei que cheguei lá com uma caixa cheia de modelinhos, aquela coisa toda e lá estava o Américo Garbin junto com o seu Júlio Eberle, detalhe... eu nunca esqueço desse negócio. [...] Aí olharam as peças e tal coisa, e teve um detalhe, alguma coisa que talvez não estava no gosto dele, ele disse em italiano pro Américo Garbin: ‘Varda, si si voi i laori, facciamo.’ Ele quis dizer quando a gente quer um serviço a gente tem que se fazer. Eu dei uma risada! Então o Júlio chegou e disse assim: ‘Mas tu não é alemão? Tu não é tedesco?’ Digo: ‘Sou tedesco, mas italiano também, falo italiano também, porque lá na casa do meu pai e da minha mãe, meu pai aprendeu a falar italiano e a gente fala italiano.’ Então diz ele assim: ‘Tu entendeu o que eu disse?’ - ‘O senhor disse que quando se quer um serviço a gente tem que se fazer o serviço, o que quer dizer que o serviço não está bom.’ E ele: ‘Não, não, pra mim está bom, não tem problema’” (Entrevista de Alvis Santos Fiedler ao Banco de Memória Oral do AHMJSa, 2015).

¹⁶ Entrevista de Alvis Santos Fiedler ao Banco de Memória Oral do AHMJSa, 2015.

humilhação para outros). Assim, o mau uso da memória, que pode se enxertar nessas reivindicações de identidade, deve-se

à intervenção de um fator inquietante e multiforme que se intercala entre a reivindicação de identidade e as expressões públicas da memória. Trata-se do fenômeno da ideologia [...]. O processo ideológico é opaco por dois motivos. Primeiro, permanece dissimulado; diferentemente da utopia, é inconfessável; mascara-se ao se transformar em denúncia contra os adversários no campo da competição entre ideologias: é sempre o outro que atola na ideologia. Por outro lado, esse processo é extremamente complexo. Propus distinguir três níveis operatórios do fenômeno ideológico, em função dos efeitos que exerce sobre a compreensão do mundo humano da ação. Percorridos de alto a baixo, da superfície à profundidade, esses efeitos são sucessivamente de distorção da realidade, de legitimação do sistema de poder, de integração do mundo comum por meio de sistemas simbólicos imanentes à ação (p. 95).

A ideologia, portanto, seria uma espécie de guardiã da identidade, já que ela oferece um invólucro simbólico a uma identidade em si muito frágil. Quanto à intencionalidade do fenômeno ideológico, têm-se a manipulação da memória com vistas à legitimação da autoridade do poder, do *status quo*, que é levada a cabo por meio da configuração das narrativas:

como os personagens da narrativa são postos na trama simultaneamente à história narrada, a configuração narrativa contribui para modelar a identidade dos protagonistas da ação ao mesmo tempo que os contornos da própria ação. Hannah Arendt nos lembra que a narrativa diz o “quem da ação”. É mais precisamente a função seletiva da narrativa que oferece à manipulação a oportunidade e os meios de uma estratégia engenhosa que consiste, de saída, numa estratégia do esquecimento tanto quanto da rememoração (p. 98).

Na análise do objeto desta pesquisa, a categoria de memória manipulada, pensada em suas relações com a identidade, assume uma grande importância, visto que a ideologia formulada pela classe dominante — representada, aqui, pelos proprietários da Metalúrgica Abramo Eberle — poderia vir a distorcer as memórias dos operários da fábrica.

Nesse sentido, outro exemplo da positivação da memória relativa às experiências de trabalho na fábrica é o orgulho que muitos dos ex-operários afirmam sentir quanto a terem trabalhado na Eberle. No seguinte trecho da entrevista de Balduíno Aimi, por exemplo, fica evidente a exaltação da fábrica e a suavização dos problemas que lá existiam:

Pra mim o Eberle foi a minha vida, eu gostava de trabalhar lá, gostava do chefe, eles tinham as manias deles, chefe antigamente era chefe, né? Ele tinha, ele dava ordens, tinha que cumprir a ordem dele, mas eu furava, eu dizia não, porque vamos fazer assim? Eu dava meus palpites.

[...]

Eu me senti, até hoje eu me sinto orgulhoso de ter trabalhado no Eberle.¹⁷

Assim, essa posituação da memória, que contribui para que se construa uma narrativa em que os problemas — relacionados tanto ao dia-a-dia da fábrica quanto à experiência dos operários em sentido mais amplo — praticamente desaparecem, ajuda a compreender os critérios que foram utilizados por esses ex-operários para a conformação desse grupo identitário.

¹⁷ Entrevista de Balduino Aimi ao Banco de Memória Oral do AHMJS, 2014.

2. IDENTIDADE

Cabe questionar, agora, o que é *identidade*. Mais tradicionalmente, esse conceito era pensado de maneira essencialista: via-se a identidade como um grupo de características cristalinas, imutáveis, que eram ancoradas em marcos biológicos e históricos precisos. Além disso, a identidade era tida como autossuficiente: era definida apenas pelos elementos *internos* a ela, e não dependia de forma alguma dos *externos* (WOODWARD, 2000, p. 12-13).

Nesse sentido, o *gaúcho*, por exemplo, é em essência igual ao longo do tempo — vestimentas como as bombachas e os vestidos de prenda ajudam a marcar essa identidade entre os homens do presente e os do passado —, e a guerra dos farrapos, junto à imagem de uma vida idílica nos pampas, servem como mitos fundadores dessa concepção identitária. Esses aspectos, sozinhos, seriam suficientes para que se estabelecesse a identidade entre aqueles que se consideram gaúchos.

Nas últimas décadas, porém, diversos estudiosos vêm repensando esse conceito. Apesar dos diversos questionamentos sobre sua relevância nos debates contemporâneos, Stuart Hall defende que ainda se remeta à identidade, já que essa é “uma ideia que não pode ser pensada da forma antiga, mas sem a qual certas questões-chave não podem ser sequer pensadas” (HALL, 2000, p. 104).

Tendo isto em vista, autores ligados aos Estudos Culturais — campo de investigação interdisciplinar que estuda a criação dos significados e a maneira como eles circulam — vêm imprimindo ao termo um viés *não-essencialista*, ou seja, pensam a identidade de forma relacional, mutável, e como uma construção tanto simbólica quanto social.

Kathryn Woodward, uma dessas autoras, expôs os diversos aspectos pelos quais essa nova perspectiva sobre a identidade é marcada (WOODWARD, 2000):

1. A identidade é relacional, e marcada pela diferença. Um gaúcho só se identifica como tal na oposição com um paulista, por exemplo. Num mundo ideal em que não existissem diferenças, também não existiria a identidade — assim, percebe-se que ela depende, para existir, de algo que está *fora* dela, de um elemento *externo* (p. 9).
2. A identidade é marcada por símbolos, como “um uniforme, uma bandeira nacional ou mesmo os cigarros que são fumados”, e que servem como elementos de diferenciação entre os grupos identitários.

3. Aqueles que reivindicam a identidade, porém, a tomam de forma essencialista, com base na etnia, na “raça”, nas relações de parentesco, entre outros aspectos. Essa identidade do grupo, sob o olhar daqueles que dele fazem parte, seria fixa e imutável.
4. Tanto o social quanto o simbólico são necessários para a definição das identidades: “a marcação simbólica é o meio pelo qual damos sentido a práticas e relações sociais, definindo, por exemplo, quem é excluído e quem é incluído”.
5. Na construção da identidade, enquanto algumas características são exaltadas, outras podem ser obscurecidas — as identidades nacionais, por exemplo, muitas vezes ocultam questões de classe e de gênero (p. 14).
6. Assim como não são imutáveis, as identidades não são unificadas — elas comportam diferentes perspectivas em disputa, que têm de ser negociadas (p. 14-15).
7. As identidades não são determinadas — é necessário que o sujeito *invista* na posição que os discursos identitários lhe oferecem. Nessa dimensão, acentua-se a importância de se levar em conta o nível psíquico no estudo das identidades (p. 15).

No caso do objeto desta pesquisa — as representações da identidade operária na memória de ex-trabalhadores da Metalúrgica Abramo Eberle —, perceberemos as tentativas desses operários de diferenciar-se de outros grupos (visto que identidade e diferença são complementares), atentaremos aos símbolos pelos quais essa identidade é marcada e veremos que o discurso sobre o grupo identitário oculta certas diferenças internas a ele, como a questão do gênero dos sujeitos.

Outrossim, a identidade dos operários da Metalúrgica Abramo Eberle não é construída apenas simbolicamente, visto que o aspecto social — material — é necessário à formação identitária. Aqueles incluídos no discurso identitário têm, imperiosamente, de ser sujeitos que vendem sua força de trabalho em troca de uma quantia em dinheiro, o salário.

Aqui, surge outro ponto importante. Para que se possa ter um olhar mais global sobre o objeto dessa pesquisa, faz-se necessário mobilizar contribuições teóricas ligadas às questões do mundo do trabalho, para que seja possível pensar a identidade desse grupo específico: o operariado.

Assim, este trabalho vincula-se à concepção do mundo do trabalho formulada por E. P. Thompson (2017), historiador que busca apreender a classe no seu *fazer-se*, e que foge de determinismos economicistas e estruturalistas — que, antes de seu trabalho, eram muito

comuns tanto no meio acadêmico marxista quanto no movimento comunista europeu (BILHÃO, 2008, p. 3). Esta opção historiográfica

vem conquistando cada vez mais importância nas reflexões sobre o mundo do trabalho, no qual a história operária deixou de ser unicamente a história do movimento operário organizado, em que os sindicatos, os partidos e as correntes ideológicas deixaram de ocupar sozinhos o centro das preocupações e passaram a compartilhar espaços cada vez maiores com a análise das condições de existência diárias e das relações cotidianas do operariado (p. 3).

Levando-se em conta as novas contribuições teóricas no campo das identidades (SILVA, HALL, WOODWARD, 2000), têm-se que a identidade da classe já não pode ser pensada como autossuficiente e imutável, e cristalizada em características a-históricas. Essa constatação vai ao encontro das contribuições de Thompson, que toma a classe como algo relacional e como uma construção profundamente histórica:

a noção de classe traz consigo a noção de relação histórica. [...] não podemos ter duas classes distintas, cada qual com um ser independente, colocando-as a seguir em relação recíproca. Não podemos ter amor sem amantes, nem submissão sem senhores rurais e camponeses. A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus (2017, p.10).

Além disso, esses novos estudos acerca da identidade levam à constatação de que a classe não mais pode ser analisada por um viés essencialista, ou seja, como parte de uma estrutura que *determina* o que o sujeito será. Nesse sentido, Thompson enfatiza o papel da *experiência* dos sujeitos na formação da classe operária e da consciência de classe — para ele, se a classe tivesse uma existência real, definida quase que matematicamente, tornaria-se “possível deduzir a consciência de classe que ‘ela’ deveria ter (mas raramente tem), se estivesse adequadamente consciente de sua própria posição e interesses reais” (p. 10-11). Dessa forma, têm-se que a consciência não pode corresponder mecanicamente à posição social dos sujeitos, pois, enquanto a segunda é *condicionada* historicamente, a primeira é *construída* pelos sujeitos a partir da maneira como percebem sua experiência.

Batalha, Silva e Fortes, por sua vez, defendem que “divisão e unidade coabitam a classe, não se excluem, e a análise da relação entre os dois aspectos deve sempre ser contextualizada e submetida à lógica da mudança histórica” (2004, p. 15). Nessa perspectiva, têm-se que, na maioria das vezes, a classe está longe de apresentar contornos e atributos muito

bem definidos e consensuais; pelo contrário, há geralmente perspectivas em disputa para a definição das características que marcam a identidade da classe.

Este capítulo, desse modo, é dividido em três partes, que perpassam diferentes aspectos da conformação da identidade dos ex-trabalhadores da Eberle: o primeiro subcapítulo trata da ética do trabalho; o segundo focaliza a questão do orgulho relacionado ao trabalho na Metalúrgica; e o terceiro apresenta uma análise das tensões entre o trabalho na fábrica e a participação no sindicato.

2. 1 O TRABALHO E A ÉTICA

No processo de construção da identidade dos operários da Metalúrgica Abramo Eberle, construiu-se uma noção do que seria um bom operário. Contrariando algumas tendências do movimento operário, que viam no operário com *consciência de classe* e que lutasse contra o capital o trabalhador ideal, os ex-trabalhadores da Eberle, em geral, valorizavam em si a característica de se dedicarem à fábrica em que trabalhavam. O trabalho, nesse contexto, era exaltado como “um elemento moralizador e disciplinador da sociedade” (BILHÃO, 2008, p. 55) e “dignificador dos homens” (p. 55).

Assim, o operário ideal, de acordo com os valores desse grupo identitário, era aquele que seguia a disciplina da fábrica e que trabalhava arduamente. Conforme pontua Jandira Ravizzoni, “a gente... era trabalhar mesmo, baixar a cabeça e trabalhar” (A HONRA DO TRABALHO, 2013).

No testemunho de Orevil Bellini, também evidenciam-se esses aspectos: “As pessoas, ali, eram, seguiam uma disciplina, um comportamento, todos, né. E todos com vontade de trabalhar. É claro, uns um pouco com mais vocação, outros com menos, mas todos... de trabalhar” (A HONRA DO TRABALHO, 2013).

E a fala de Íria Périco, ao comentar sua relação com o chefe, vai ao encontro das afirmações dos seus colegas:

Iria: [o chefe era] amigo, ele nunca me xingou na firma, nunca...

Maria: Sim, a senhora também sabia cumprir as suas obrigações, né?

Iria: Ah eu tinha responsabilidade, eu trabalhava direitinho, tanto é que na FRAS-LE toda vida eu ganhei prêmio de produção, em duas máquinas quentes né?¹⁸

¹⁸ Entrevista de Iria Périco à historiadora Maria Abel Machado, 1992; acervo do Banco de Memória Oral do AHMJSa.

Essa concepção dos ex-operários quanto à ética do trabalho — de que era necessário trabalhar duro, já que isso beneficiaria tanto a fábrica quanto, em tese, o próprio operário — era compartilhada com os empresários e os grandes “chefes” — diretores e gerentes — da fábrica, conforme percebe-se no depoimento abaixo:

Alvis: [...] Então me mandaram avisar que eu podia me apresentar, eu lembro que quando eu me apresentei no Eberle, a pessoa que me atendeu foi o seu Alberto Bellini¹⁹, pai do Luís Bellini e o pai do, do, do...

Sônia: Do Paulo.

Alvis: Do Paulo Bellini²⁰. Eu lembro que ele me fez uma pergunta: “Tu queres o quê?” — “Eu vim pra trabalhar, eu quero ver se tem emprego.” Eu lembro que ele disse: “Tu queres emprego ou quer trabalho?” Eu não lembro o que eu teria respondido, se queria emprego ou se queria trabalho. Ao longo da história, eu fiquei sabendo que as pessoas mais adultas, quando iam lá e pediam emprego, ele dizia que não, se os caras pediam quero trabalho, então ele dava emprego pra essas pessoas. Isso eu fiquei sabendo depois, porque quando eu saí do Eberle e fui trabalhar na Metalúrgica Bellini, o seu Alberto Bellini era o diretor da Metalúrgica Bellini, aí eu comentei esse detalhe, então ele disse: “Mas eu usava essa técnica. Os caras que iam lá pedir emprego, como hoje, se os caras vêm pedir emprego, eu não dou emprego, agora, se ele vem pedir trabalho, eu dou emprego” [risos].²¹

Essa exigência de Alberto Bellini, um dos chefes da fábrica, mostra justamente que, para a burguesia industrial, o ideal era que o trabalhador não buscasse um emprego — no sentido de um trabalho fixo, com carteira assinada, boa remuneração e direitos trabalhistas — mas sim que procurasse trabalhar arduamente em benefício da empresa.

Porém, mesmo que os trabalhadores concordassem até certo ponto com essas vontades da burguesia — como no caso de Alvis, que vê graça na história que conta —, um dos seus desejos era o de melhorar as suas condições de vida. A via que era buscada pela maioria dos operários, assim, era o “crescimento” dentro da empresa — mesmo porque se acreditava que o trabalho árduo poderia levar ao enriquecimento.

Assim, muitos dos operários, principalmente os do gênero masculino, buscavam frequentar cursos de especialização — por meio do SENAI ou dos cursos noturnos oferecidos pela metalúrgica — ou mesmo se aperfeiçoar no dia-a-dia da fábrica, visto que acreditava-se que se o operário fosse disposto a aprender e a estudar, ele poderia até mesmo vir a tornar-se um chefe dentro da empresa. Uma das falas de João Wianey Tonus evidencia essa visão:

¹⁹ Foi gerente da Metalúrgica Abramo Eberle.

²⁰ Foi um dos sócios-fundadores de uma grande fábrica da cidade, a Marcopolo S. A.

²¹ Entrevista de Alvis Santos Fiedler ao Banco de Memória Oral do AHMJS, 2015.

Se conheceu muitas pessoas de municípios da região e que vinham pra Caxias. Eram agricultores, praticamente, jovens, e que buscavam espaço no mercado, mas nunca tinham trabalhado em indústria nenhuma, e a Eberle os treinava pra, pra que fossem os produtores. E se tornavam chefes, se tornavam líderes. Quer dizer, logo, logo, esse pessoal assumia e, e coordenavam os setores, né... até porque era uma mão-de-obra muito disponível e disposta a aprender (A HONRA DO TRABALHO, 2013).

O aprendizado, assim, assumia uma grande importância para os operários da Metalúrgica Abramo Eberle. Ele era visto como o principal recurso que poderia possibilitar o avanço quanto ao projeto de ascensão social desses operários — projeto esse que era individual, e não envolvia o coletivo dos operários ou mesmo os colegas de trabalho mais próximos. O valor dado ao aprendizado fica patente nos testemunhos de muitos dos operários, como Alvis Santos Fiedler e Antônio Rodrigues:

Que nem todos eram obrigados a estudar desenho [nos cursos noturnos oferecidos pela fábrica]. Ia estudar, estudar desenho quem queria, né, o chefe da seção, Hugo Seidl²², ele pedia, ó, vão estudar desenho que é, que é pro bem de vocês, pra vocês melhorar. E eu [inaudível]... como não tinha estu... não tinha dinheiro pra estudar de noite no Carmo, pra tirar um outro curso, digo, ao menos vou estudar isso aí que não me custa nada, é só, é só um pouquinho de sono à noite, né, umas duas vezes por semana. E daí fui me destacando e.. e aí fui promovido pra poder trabalhar nesses, nesses trabalho de modelo, né.²³

A minha intenção era trabalhar dois anos só no Eberle, mas no setor de contabilidade então, aprender as fazer lançamentos, slips, o caixa, livros fiscais da parte da metalúrgica, aprender tudo, folha de pagamento, eu trabalhava na contabilidade, né?
24

E no depoimento de Orevil Bellini, também sobressai esse aspecto: ele diz que “aquilo lá era um aprendizado, era uma prisão, mas era um aprendizado naquilo lá. Era uma participação de uma coisa grandiosa, útil, é o trabalho, né” (A HONRA DO TRABALHO, 2013).

O *trabalho*, nesse sentido, era visto como um sacrifício que visava tanto o crescimento da empresa quanto a ascensão social do operário enquanto indivíduo, e que se contrapunha ao *lazer*. Nesse sentido, alguns operários se orgulhavam de não ter tirado férias por anos

²² Chefe da seção de gravação da Metalúrgica.

²³ Entrevista de Alvis Santos Fiedler ao Banco de Memória Oral do AHMJSa, 2015.

²⁴ Entrevista de Antônio Rodrigues ao Banco de Memória Oral do AHMJSa, 2007.

seguidos — é o caso de Getulio Ravizzoni, que diz ter trabalhado por onze anos consecutivos sem férias e sem nenhuma falta (A HONRA DO TRABALHO, 2013).

Essa contraposição entre trabalho e lazer também fica clara no depoimento de Balduíno Aimi:

Sônia: Vocês tinham, dentro do Eberle tinha esporte, né?

Balduíno: Tinha.

Sônia: O senhor praticava?...

Balduíno: Eu nunca participei, sempre... eu só trabalhei.²⁵

Outra questão que evidencia a ética do trabalho conforme pensada por esse grupo de operários é a relação entre a quantidade de processos na produção das peças e o número de trabalhadores necessários para produzi-las. Dois dos operários entrevistados falam com orgulho do fato de que contribuíram para a redução do número de processos na produção — Getulio Ravizzoni afirma que, enquanto o responsável por pensar estratégias para diminuir o número de operações, ele contribuiu para a automatização da fábrica e para a redução da mão-de-obra necessária²⁶; e Balduíno Aimi narra, em diferentes pontos da sua entrevista, as muitas vezes em foi o responsável por reduzir o número de processos.²⁷

²⁵ Entrevista de Balduíno Aimi ao Banco de Memória Oral do AHMJA, 2014.

²⁶ “Eram milhares de artigos, mas em três, quatro operações, digamos. E aí a necessidade de tirar operações pra ir produzir mais. E esse era, ah, o meu trabalho. Por exemplo..., eu cito agora o exemplo, um freio, por exemplo, que se usava muito fabricar freio na época, era feito em doze... vezes. E eu fiz o... tipo de uma máquina, um aparelho, que em duas operações tirava o freio pronto. O freio de montaria. Entrava o rolo de fio num lado, e o freio saía pronto do outro. E... esses artigos, garfos, e facas, e essas coisas que era feita em três, quatro operações, eu fui diminuindo. Então se produzia mais com menos mão-de-obra, né. Que era automatização de trabalhos” (Getulio Ravizzini, p. 2).

²⁷ Em um desses trechos, o ex-operário comenta: “Então, quando eu entrei lá, quando entrei lá, em pouco tempo de carreira, eu achei que tinha trabalho desperdiçado, que não precisava. Nós tínhamos uma caixinha pra colar papelão, a caixinha montada, nós tínhamos que colar o papelão encima [sic] e embaixo, então eles mandavam cortar o papelão com uma borda a mais pra colar e ia um[a] taxinha pro papelão não escorregar. Eu comecei a dizer: ‘Mas pra que essa taxinha aí, não precisa, não escorrega?’ Então eu tirei fora a taxinha, recém eu tinha entrado na fábrica, eu achei que aquilo não precisava. Pouco tempo depois, aquela borda, que nós tínhamos que ir no banco cortar, cortar a mão com o formão, digo: ‘Mas pra que mandar cortar o papelão grande pra depois cortar? Nós podemos cortar o papelão certo’. Então eu falei pro Vitor Gemin e ele: ‘Mas tu acha que dá?’ - ‘Dá!’ - ‘Leva na cartonagem, manda cortar o papelão como tu quiser’ - na cartonagem cortavam o papelão pra firma. Eu fui lá, falei pro rapaz: me corta o papelão justo, só meio milímetro maior do que a caixa. Mande cortar uns cinquenta estojinhos, coleí, e digo vou lá: ‘Não tem problema’. Então eu tirei o tempo da taxinha, que não precisava colar, a borda aquela que nós tínhamos que ir no banco pra cortar, não precisava, só colava e ia pra lixadeira e estava pronto. Eu que fiz isso aí.

Sônia: E deu certo?

Balduíno: E o Gemin, esse tal de Gemin, o encarregado, falou com o Nicoletti, eu enxerguei, não que ele falou pra mim. Ele disse: ‘Olha, o Balduíno tirou fora tudo isso aí.’ Mas eles conversando e eu ouvindo o que eles estavam falando. Então, eu acho, no começo eu fui bem. Além disso, eu fiz uma série de coisas novas, tudo, tudo trabalho que era feito por nada, eu eliminei tudo.

Sônia: O senhor, então, poupou mão de obra e o trabalho ficou mais rápido?

Dessa forma, as ações desses operários favoreciam o aumento da margem de lucro da empresa, mas resultavam na redução do número de operários necessários nessas linhas de produção — o que demonstra que a consciência de classe não se fazia presente entre esses operários; era mais valorizado o crescimento da fábrica e o reconhecimento individual que esses trabalhadores receberiam por terem contribuído para tal crescimento do que a solidariedade com o conjunto dos operários.

Porém, para compreender melhor a postura desses ex-operários, cabe situar *quem* eles eram, ou seja, qual era a posição social deles em meio aos operários fabris. Assim, atenta-se à questão da rotatividade na fábrica para que se entenda as especificidades desse grupo.

De acordo com Valentim Lazzarotto, a rotatividade dos funcionários da Eberle era bastante alta em grande parte do período por ele estudado, que compreende os anos de 1905 a 1970. Ele afirma que, de “1931-1945, a média [de anos de permanência na fábrica] decaiu para 4 anos; no quarto período, 1946-1960, a grande maioria não completa um ano de empresa; no quinto período, 1961-1970, parece recomençar o inverso e iniciar-se o refluxo: a média volta a situar-se nos 2 anos de empresa...” (1981, p. 143).

Percebe-se, ao se analisar o Quadro 1, que os anos de trabalho da maior parte dos entrevistados ficam muito acima dessa média. Esses dados, junto às entrevistas, ajudam a traçar o perfil desses personagens: são trabalhadores que, na sua maioria, conseguiam cargos mais altos dentro da fábrica e alcançavam um status diferenciado da massa dos trabalhadores da Eberle. Isso pode ser percebido, em primeiro lugar, em um trecho do depoimento de Alvis Santos Fiedler, em que ele comenta sobre o seu chefe, Hugo Seidl: “ele não queria que eu sáisse [da fábrica], porque ele considerava que eu era um... Como é? Ele usava uma palavra: ‘Você é um dos nossos’”.²⁸ No relato de Balduino Aimi, isso também fica patente:

eu ganhava o salário, mas eu consegui com a economia, era um salário, fui ganhando sempre um pouquinho mais do que os outros porque me consideravam um pouquinho mais do que os outros. O chefe sempre achava que eu era um pouquinho mais do que os outros, porque todas as coisas que eu fiz...²⁹

Alvis, referindo-se a si e a Humberto João Storchi, também comenta:

Balduino: Mais rápido, começou a produzir” (Entrevista de Balduino Aimi ao Banco de Memória Oral do AHMJS, 2014).

²⁸ Entrevista de Alvis Santos Fiedler ao Banco de Memória Oral do AHMJS, 2015.

²⁹ Entrevista de Balduino Aimi ao Banco de Memória Oral do AHMJS, 2014.

É dentro da mesma linha, da mesma categoria, não era chefe, era um funcionário assim destacado dos demais, era um funcionário que fazia trabalhos especiais, trabalhos que não era qualquer que fazia.³⁰

Assim, esses operários (aqui incluídos também Getulio Ravizzoni, Orevil Bellini, Antônio Rodrigues, João Wianey Tonus e Eugenio Luiz Bastiani) faziam parte de uma aristocracia operária — eram “trabalhadores especializados, indispensáveis a alguns setores da produção, [...] [que] terão salários mais elevados do que os demais” (CORREIA et. al., 2017, p. 2). Eles nutriam — mas apenas até certo ponto — um sentimento de fidelidade em relação à Eberle. Alvis Santos Fiedler, por exemplo, acabou saindo da fábrica após ter recebido uma proposta de trabalho com melhor salário, e, mesmo que estivesse, no momento, chateado por ter recebido uma gratificação baixa, não queria deixar evidente que estava trocando a Eberle por uma concorrente, a Metalúrgica Bellini:

Digo, “não, mas eu vou sair”, eu já tinha decidido, eu vou sair, eu vou, vou ganhar mais, ganhava, ia ganhar três vezes mais do que, numa, numa, numa empresa que ia se tornar concorrente, né. E eu fiquei em casa, depois de ter saído da Eberle, antes de começar a trabalhar na Bellini, quarenta, quarenta dias ganhando o ordenado sem ir trabalhar, pra não me mostrar que eu ia trabalhar lá (A HONRA DO TRABALHO, 2013).

Nesse sentido, Alvis ainda comenta que:

Da Metalúrgica Eberle... Eu sou um cara, viu, que jamais... , tem pessoas que saíram do Eberle falando mal. Eu, ao contrário, tudo o que eu tenho pra falar da Metalúrgica Eberle, só tenho que falar de bem, que foi um aprendizado pra mim. Tudo aquilo que eu consegui botar em prática, praticamente 70% foi dentro do Eberle.³¹

Fica clara, porém, a motivação para que Alvis deixasse a Eberle: ele se sentia desvalorizado, pois acreditava que a remuneração e as gratificações que recebia estavam aquém do seu valor enquanto operário. Assim, percebe-se que, mesmo que a ideologia dominante colocasse o crescimento da empresa como fator fundamental, os operários incorporavam esses preceitos somente até certo ponto, pois, ao fim e ao cabo, o projeto pessoal — e individual — de ascensão e de melhoria das condições de vida do próprio operário é que ganhava centralidade.

³⁰ Entrevista de Alvis Santos Fiedler ao Banco de Memória Oral do AHMJSa, 2015.

³¹ Entrevista de Alvis Santos Fiedler ao Banco de Memória Oral do AHMJSa, 2015.

Contudo, dentre os ex-operários entrevistados, nem todos tinham esse mesmo perfil.³² As mulheres operárias, como Hilda Gollo Gazzana, Maria Rasia, Iria Périco e Jandira Ravizzoni, absolutamente não pertenciam a uma aristocracia operária — elas não eram qualificadas, até mesmo porque não havia oportunidades de qualificação para as mulheres, e recebiam salários muito baixos. Iria Périco, inclusive, fazia parte de um grupo ainda mais marginalizado, visto que, devido ao tipo de contrato de trabalho que tinha assinado na Eberle, só pôde trabalhar na fábrica por dois anos — ela inclui-se, assim, entre os operários que eram mais *descartáveis* para a empresa e que contribuíam, assim, para o barateamento do processo de produção.

Oscar Roth e Nicanor Moreira da Silva, mesmo que tivessem posições mais privilegiadas do que as operárias supracitadas, devido ao fato de serem homens, também não faziam parte da aristocracia operária. Ambos eram moradores do Burgo — um dos bairros mais pobres de Caxias do Sul, conforme explicitado no subcapítulo 1.1 — e não conquistaram algum tipo de ascensão social com o trabalho na fábrica; na velhice, continuavam como moradores do mesmo bairro pobre.

Porém, mesmo que as posições hierárquicas internas ao grupo operário variassem, todos eles — tanto os pertencentes à aristocracia operária quanto os que faziam parte da massa dos trabalhadores fabris — tinham uma ética e interesses em comum; interesses esses que, entretanto, costumavam ficar apenas no plano pessoal da ascensão social do operário enquanto indivíduo, e não chegavam ao plano de se pensar estratégias para solver os problemas coletivos pelos quais passava o grupo.

2. 2 “EU TRABALHO NO EBERLE”

Trabalhar no Eberle carrega uma série de significados para os operários que passaram pela fábrica. Entrecruzam-se o orgulho, amor, pertença, gratidão, sensação de aprisionamento e ressentimento.

³² Os trabalhadores que faziam parte da aristocracia operária eram, na realidade, uma minoria na fábrica, mas, mesmo assim, foram encontradas, no Banco de Memória Oral do AHMISA e no documentário *A Honra do Trabalho*, mais entrevistas com esse grupo do que com o restante dos trabalhadores fabris. Isso se deve, provavelmente, ao fato de que esses ex-operários tinham certa proximidade com a elite da cidade — mesmo porque eles apresentaram alguma ascensão social ao longo de suas vidas — e, por serem mais conhecidos nesses círculos, acabaram sendo mais requisitados para as entrevistas.

Esses sentimentos, à primeira vista, parecem mesmo contraditórios; porém, há de se considerar que a ideia da *unidade do eu* é, na verdade, uma ilusão, já que o *eu* é, de fato, fracionado e múltiplo — ou seja, a ideia de uma identidade totalmente coerente, com projetos e intenções bem delimitados, é uma abstração (BOURDIEU, 1996 apud ALBERTI, 2008, p. 169).

Assim, um mesmo indivíduo pode manifestar, em diferentes momentos, opiniões ou visões até mesmo contrárias sobre determinado tema, sem que caia em falsidade nesse sentido. Isso vai depender também do contexto em que se dá a fala — já que, de acordo com Alberti, “o que o entrevistado fala também depende da circunstância da entrevista e do modo pelo qual ele percebe seu interlocutor” (2008, p. 171).

Dentre os sentimentos supracitados, o orgulho de se trabalhar na Metalúrgica se destaca, principalmente pela recorrência com que é mencionado nas entrevistas. João Wianey Tonus, em seu testemunho, manifesta claramente esse aspecto:

Ser funcionário da Eberle era um orgulho, né. E era, ao mesmo tempo, uma garantia de que tinha um... é... tu recebia um salário dentro do que o mercado realmente tinha de bom na época, era um líder de mercado. E... do ponto de vista dos familiares..., eu não sou originário de Caxias, e quando me diziam: “ah, tu trabalha em Caxias, tu trabalha onde?” “Trabalho na Eberle.” “Tu trabalha na Eberle?” [tom de surpresa, admiração]. Então as pessoas, é... o conceito que tinha... Nova Prata, minha terra, por exemplo, né... era assim, mas tu consegue trabalhar na Eberle?! É, porque era realmente um cartão de apresentação (A HONRA DO TRABALHO, 2013).

Balduíno Aimi, dialogando com sua entrevistadora, também ressalta essa característica:

Balduíno: Inclusive, inclusive quem está dentro da fábrica do Eberle tinha que ser respeitado, né? Teve gente que me perguntou: “Você está trabalhando no Eberle?” — “Sim!” — “Trabalha na Metalúrgica Abramo Eberle?” — “Sim.” Ficavam impressionados porque eu trabalhava no Eberle!

Sônia: Era um orgulho trabalhar no Eberle, né?

Balduíno: O orgulho que nós tínhamos de trabalhar dentro do Eberle, eu sentia.

Sônia: E a cidade, a sociedade também respeitava vocês como?...

Balduíno: Ah sim, falava que trabalhava no Eberle era uma pessoa destacada, eu sentia dentro de mim, trabalhar no Eberle era um orgulho, era orgulho da pessoa.

Sônia: E era reconhecido fora do Eberle?

Balduíno: Fora do Eberle. Eu me sentia bem, eu gostava de trabalhar, me sentia bem.³³

³³ Entrevista de Balduíno Aimi ao Banco de Memória Oral do AHMJA, 2014.

Esse orgulho, conforme pode-se ver nas entrevistas, estava muito ligado ao *status* que era atribuído àqueles que trabalhavam na Eberle. De acordo com Lazzarotto,

O “trabalho no Eberle” confere um “status social” de excelente aceitação na região. O fato de a empresa ser a maior da região em área construída, em número de operários, manter o pagamento religiosamente em dia, o fato dos pioneiros, os avôs e os pais terem lá trabalhado, dava aos operários uma dignidade histórica e um orgulho próprio muito grande. Este lado emocional foi muito bem trabalhado na região (1981, p. 73).

O orgulho e o status — que permitiam a esses operários marcar a sua distinção em relação ao restante dos trabalhadores fabris da cidade —, também, estavam vinculados à admiração que se tinha em relação à figura do fundador da fábrica, Abramo Eberle, e, por extensão, à sua família que prosseguiu na chefia da fábrica.³⁴ Essa questão fica patente, inclusive, no gênero no qual o artigo era flexionado quando esses ex-operários se referiam ao seu trabalho: para eles, se trabalhava *no* Eberle (ou seja, se fazia uma associação com a figura dos proprietários), e não *na* (Metalúrgica) Eberle.

Muitos dos operários, assim, se vangloriavam dos contatos que tiveram com a família Eberle³⁵ — que geralmente eram poucos, visto que as relações com o chão de fábrica ficavam a cargo do contramestre, enquanto os proprietários mantinham maior distância em relação a essa esfera.

Além disso, pesava muito, para esses trabalhadores, a questão do *pertencimento*. Esses ex-operários sentiam que eram pertencentes à fábrica em que trabalhavam e, ao mesmo tempo, pensavam que, de alguma forma, a Metalúrgica também pertencia a eles. Nesse sentido, Balduino Aimi declara: “Eu é que tomava conta lá [da seção de marcenaria, como chefe], era minha, sinceramente eu gostava daquilo lá, sempre gostei de trabalhar no Eberle, porque eu me sentia bem. Todo mundo saía, eu dava uma volta em toda seção e ia embora”³⁶ Maria Rasia também se manifesta nessa perspectiva:

Que nem eu te disse primeiro: a gente achava que a fábrica fazia parte da casa da gente. A gente ficava mais tempo quase na fábrica do que ficava em casa, se ia pra casa pra dormir. Então a gente achava que era a minha fábrica, a minha sessão [sic],

³⁴ Conforme o que foi expresso no subcapítulo 1.2.

³⁵ Esse aspecto será retomado, com maior detalhe, no subcapítulo 3.1.

³⁶ Entrevista de Balduino Aimi ao Banco de Memória Oral do AHMJSA, 2014.

o meu serviço, o meu chefe, tudo era meu [risos]. Mas se trabalhava gostando do serviço que se fazia, com carinho.³⁷

E na fala de Eugenio Luiz Bastiani, essa questão fica ainda mais clara: “a Eberle, *nós* tínhamos, chegamos a ter quatorze fábricas, é..., fábrica de embalagem, fábrica de produto químico, fábrica de computadores, é..., fundição, fábrica de máquinas, fábrica de botões de pressões, talheres, é..., pratarias [...]” (A HONRA DO TRABALHO, 2013, grifo nosso).

Os ex-operários, em geral, afirmam que gostavam de trabalhar na Eberle; de fato, muitas vezes, a narrativa que é construída por eles ao longo das entrevistas imprime um caráter extremamente positivo para as experiências de trabalho na fábrica e acaba por ocultar os problemas que existiam no cotidiano da metalúrgica.³⁸

De toda forma, muitas das boas recordações que os ex-trabalhadores relatam ter em relação à fábrica são associadas ao convívio com os colegas de trabalho, e assim muitos afirmam ser gratos à Eberle por ter-lhes proporcionado, para além da formação profissional, a constituição de novas amizades. Os círculos de amigos que se foram formando são tidos mesmo como “grandes famílias”, das quais muitos dos ex-operários afirmam sentir falta.

A Metalúrgica Abramo Eberle, dessa forma, era pensada como uma espécie de escola: por meio dela, ocorria o aprendizado de uma profissão (ou seja, a formação profissional) e também a constituição de laços de amizade, visto que a fábrica acabava por exercer o papel de um importante espaço de sociabilidade (ou seja, nela também ocorria uma espécie de formação para a vida social). Isso pode ser percebido em muitas das entrevistas, conforme a seleção abaixo (de trechos dos depoimentos de Getulio Ravizzoni, Jandira Ravizzoni, Orevil Bellini e Iria Perico, respectivamente):

Nós gostava da firma Eberle, era um alongamento da convivência da gente. Era que nem a casa, a gente cuidava com tanto amor e carinho que era mesma coisa que se fosse em casa. [...] Arrumei a minha... a minha namorada, *casemo, temo* junto até hoje, dentro do Eberle. O Eberle me educou no SENAI, o Eberle sempre me pagou em dia, foi onde eu aprendi o que eu sou hoje. Não sou rico, mas eu tenho uma coisa que eu sempre... eu me considero rico pela... amizade que eu deixei, né. Eu não tenho medo de ir lá no Burgo, em qualquer outro lugar, porque eu me dou com todo mundo. Então a Jandira, muitas vezes, “mas poxa, mas tu conhece...” ãe Getúlio, ãe Getúlio [simula pessoas o cumprimentando] [risos] (A HONRA DO TRABALHO, 2013);

³⁷ Entrevista de Maria Rasia à historiadora Maria Abel Machado, 1992; acervo do Banco de Memória Oral do AHMJA.

³⁸ As questões relativas à memória e à construção de narrativas sobre o passado foram melhor discutidas no subcapítulo 1.4, e alguns dos problemas relativos ao trabalho na fábrica serão abordados com maior profundidade no subcapítulo 3.3.

Foi ali que eu comecei a despertar pra vida. ãh... tive a oportunidade de trabalhar e conhecer o Getulio..., namorar e casar e estarmos juntos até hoje. Então, pra mim, eu... o meu sentimento é de gratidão. Foi pra mim foi uma escola, o que eu trabalhei, o tempo que eu passei na Metalúrgica ali, foi uma escola de vida (A HONRA DO TRABALHO, 2013);

Mas eu tenho boas recordações da firma, do pessoal, lá me dava com todos eles, sempre me dei bastante... é... tenho boas recordações que eu... que eu levo aí pro plano espiritual. Um dia, eu encontro com um colega lá, vou dar um abraço e dizer ‘tu te lembra, lá, do nosso tempo?’ [risos] (A HONRA DO TRABALHO, 2013);

Maria: E como que era a amizade entre vocês [colegas de seção], vocês se davam bem?

Iria: Ah, sim, sim, sim, sim.

Maria: É?

Iria: Sim. Firma era igual a uma família, pra mim. Eu gostava de trabalhar na firma. Eu estaria até agora trabalhando [inaudível] [risos].³⁹

Em alguns momentos das entrevistas, de todo modo, acabam por transparecer alguns sentimentos negativos em relação às experiências de trabalho. A ex-operária Maria Rasia, por exemplo, se ressentida de ocasiões em que se sentiu injustiçada e humilhada pelos chefes⁴⁰ e comenta sobre alguns atritos que tinha com chefes e colegas⁴¹; e Balduino Aimi menciona, por sua vez, o autoritarismo dos chefes.⁴²

Outra característica comum entre os ex-operários entrevistados é a nostalgia e o saudosismo que eles expressam em relação ao trabalho na Metalúrgica. Getulio Ravizzoni, por exemplo, diz: “Então vai desaparecendo essas coisa, só que... a gente tanto gostava, né... e vê... e acompanhou... aquela época. É... fazer o que... vamo ter que aceitar como... como tá, né [risos]” (A HONRA DO TRABALHO, 2013), e Alvis Santos Fiedler desabafa: “Eu, eu tenho muito saudade, sinceramente, tenho muito saudade da, daquela época, assim... eu gostaria.... gostaria que tivesse... mas não tem como voltar pra trás, né. Eu me emociono” (A

³⁹ Entrevista de Iria Périco à historiadora Maria Abel Machado, 1992; acervo do Banco de Memória Oral do AHMJSA.

⁴⁰ O trecho da entrevista em que Maria narra esse evento consta no subcapítulo 3.2, na página 65.

⁴¹ “**Maria:** Muita incomodação, mas eu gostava daquele serviço lá.

Maria Abel: Muita incomodação por quê?

Maria: Tudo [inaudível]. Ah com chefe, com os colegas. Sabe fábrica, né? O ambiente de fábrica é diferente dos outros, viu?” (Entrevista de Maria Rasia à historiadora Maria Abel Machado, 1992; acervo do Banco de Memória Oral do AHMJSA).

⁴² “eles tinham as manias deles, chefe antigamente era chefe, né? Ele tinha, ele dava ordens, tinha que cumprir a ordem dele” (Entrevista de Balduino Aimi ao Banco de Memória Oral do AHMJSA, 2014).

HONRA DO TRABALHO, 2013). Alvis se preocupa mesmo com a preservação da memória da Eberle:

a única coisa que tem do Eberle mostrando mesmo, vivo quem quer assistir, quem que quer ver, vê lá, que conta um pouquinho a história é lá... é lá no Museu Municipal [de Caxias do Sul], mas uma salinha de... de 5x5, lá tem uma... umas parede, lá tem uma... né, alguma coisa pendurada, mas... é uma pena, é uma pena que tem, tem pouca coisa que mostra daquela época” (A HONRA DO TRABALHO, 2013).

Pode-se perceber, desse modo, a importância da fábrica — que era tida quase como uma entidade — na conformação da identidade dos operários que lá trabalhavam. A Metalúrgica não era apenas o *local* em que se davam as relações de produção, mas, como um símbolo, ela assumia uma série de significados com os quais os operários estabeleciam relações — ela conferia um status diferenciado a quem nela trabalhava, e a isso os trabalhadores respondiam com o orgulho, por exemplo.

Além disso, a experiência com o trabalho na fábrica era vista como algo altamente formativo — dessa forma, aqueles que pertenciam ao grupo identitário estariam mais preparados tanto para desafios profissionais quanto para a própria vida social após passarem pela fábrica.

2.3 SINDICATO, FÁBRICA, LEALDADE

Barulho, bagunça, engraçado: esses são alguns dos termos utilizados pelos entrevistados para se referir às greves que ocorreram, nas décadas de 1950 e 1960, na Metalúrgica Abramo Eberle. O movimento operário, capitaneado pelo Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Caxias do Sul — mais conhecido, simplesmente, como Sindicato dos Metalúrgicos — à época dirigido por trabalhadores situados à esquerda no campo político, vinha apostando em greves e manifestações diversas como meios de reivindicar maiores direitos para os operários.⁴³

⁴³ Com o golpe militar em abril de 1964, o governo federal interveio no sindicato, extinguindo os mandatos de toda a diretoria (SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS..., 2003, p. 29-30), e alguns dos dirigentes sindicais foram presos pelo regime. Por indicação do exército, assumiu como interventor da entidade o operário da Eberle Ulisses Guerra, e o sindicato assumiu, a partir daí, um caráter puramente assistencialista, e passou a ser dirigido “por burocratas que pactuavam com a patronal e governo” (SILVA, 2016, p. 78).

Porém, como percebe-se a partir da seleção de palavras acima, nem sempre o movimento operário conseguia apoios entre a massa dos trabalhadores fabris em suas reivindicações. Muitos dos operários, pelo contrário, procuravam afastar-se do movimento operário, ou mesmo se colocavam como contrários a ele.

Isso fica patente nos seguintes trechos das entrevistas:

Eu só assisti [a uma greve] quando eu estava no Eberle, eu já tinha saído do Antunes, fui trabalhar no Eberle. Depois de dois, três anos, lá tinha o seu Bruno Segalla⁴⁴, que era do sindicato, então ele promoveu uma greve. Então eu sei que aí no Eberle eles botaram, com receio de alguma coisa, o exército foi cuidar, né, ficou de prontidão aí na frente do Eberle. E a greve do Bruno Segalla, tinha cinco ou dez sindicalizados que fizeram o barulho, só, passaram por aí e foram embora. Eu nunca tinha visto greve, quando eu vi aquilo lá achei até engraçado⁴⁵;

Sônia: Seu Antônio, nesse período que o senhor trabalhou na Eberle, ou mesmo na MARCOPOLO, o senhor via alguma organização do sindicato, como é que eram os operários?

Antônio: Olha, eu nunca prestei muita atenção nisto, porque eu sempre procurei me desligar desse tipo, vamos dizer, sindicato. Eu como era contador, eu participava do Sindicato dos Contabilistas. O Sindicato dos Contabilistas não tinha que ver com o dos Metalúrgicos, nem com os fiadores aí, tecelagem, nem com os madeireiros, nem nada disso. Eu nunca, nunca procurei a fundo saber o motivo de greve, ou o que que era esse sindicato.

Sônia: Mas também não era uma coisa muito comum?

Antônio: Não era uma coisa muito comum⁴⁶;

Maria: E a senhora era do Sindicato também?

Iria: Eu fui sócia uma vez do Sindicato, depois fizeram greve, deu furada, e eu me retirei, não gostei das bagunças que eles faziam, né?

Maria: A senhora não participou da greve?

Iria: Particpei sim, porque, sabe a gente era inexperiente, né, mas não gostei não. Daí eu peguei e me retirei.

Maria: Não quis mais saber.

Iria: Eu gosto de coisa séria, né, começaram de bagunça, não gostei não⁴⁷;

Maria Abel: E greves? Teve greves no período em que a senhora estava aí?

Maria: Tinha, mas eu não entrava.

Maria Abel: Nunca entrou?

Maria: Nunca entrei.

Maria Abel: A senhora não entrava por quê? Por medo ou a senhora não entrava porque não gostava de se envolver?

⁴⁴ Operário da Eberle, trabalhava na seção de gravação, modelando medalhas. Assumiu a presidência do Sindicato dos Metalúrgicos em 1963 e foi responsável pela organização de uma grande greve no mesmo ano. Também foi vereador pelo Partido Social Progressista de 1956 a 1963, e é reconhecido na cidade pelos seus trabalhos artísticos.

⁴⁵ Entrevista de Antônio Rodrigues ao Banco de Memória Oral do AHMJSa, 2007.

⁴⁶ Entrevista de Antônio Rodrigues ao Banco de Memória Oral do AHMJSa, 2007.

⁴⁷ Entrevista de Iria Périco à historiadora Maria Abel Machado, 1992; acervo do Banco de Memória Oral do AHMJSa.

Maria: Não gostava de me envolver com essas coisas, não entrava mesmo, nunca entrei.⁴⁸

Essa resistência em relação à sindicalização pode ser melhor compreendida quando se tem em vista a atuação do Círculo Operário na cidade. Essa organização surgiu no Brasil em 1933, implementada pelo padre jesuíta Leopoldo Beltrano na cidade de Pelotas, e fazia parte “do movimento maior de Restauração Católica no Brasil, que buscava uma presença mais significativa junto aos operários” (GRAZZIOTIN, 2010, p. 96).

A iniciativa, que tinha apoio da hierarquia da Igreja Católica, era uma resposta da instituição ao contexto internacional e nacional da década de 1930, marcado pelo avanço das ideias comunistas a partir da Revolução Russa de 1917 e pela crise mundial do capitalismo gerada pela quebra da Bolsa de Nova York em 1929 (p. 96). No Brasil, com a chegada de Getúlio Vargas ao poder, estabeleceu-se um novo arranjo: a oligarquia agrária perdeu parte do seu poder político, iniciou-se um processo de industrialização (p. 96-97), e investiu-se na conciliação de classes a partir do aparelhamento dos sindicatos, da garantia de direitos trabalhistas aos setores urbanos e do estabelecimento de um ambiente favorável ao crescimento da burguesia industrial. Nesse contexto,

para se manter no poder, [Vargas] precisava do apoio da Igreja Católica que, por sua vez, queria retomar os espaços perdidos com o processo da proclamação da República. A ameaça das ideias socialistas e o perigo comunista estavam cada vez mais presentes junto às autoridades e aos posicionamentos da Igreja Católica (p. 97)

Assim, os Círculos Operários inseriam-se como ferramentas para harmonizar as relações entre o capital e o trabalho, procurando evitar a mobilização dos operários — e, no limite, as reivindicações pelo comunismo — e servindo como contrapontos à organização dos trabalhadores nos sindicatos da sua categoria ou como ferramentas de controle desses sindicatos.

Em Caxias do Sul, o Círculo Operário surgiu em 1934, fruto de uma iniciativa da Igreja Católica que contava com o apoio de setores industriais (p. 96-98). O Estatuto da entidade, aprovado no mesmo ano, postulava:

Do Círculo, seus fins e suas bases.

⁴⁸ Entrevista de Maria Rasia à historiadora Maria Abel Machado, 1992; acervo do Banco de Memória Oral do AHMJS.A.

Artigo 1 – Fica fundado nesta cidade de Caxias o Círculo Operário de Caxias, que terá por objetivo coordenar a atividade de seus associados dentro de uma organização forte e perfeita para os seguintes fins:

1 – Prestar-lhe todo gênero de benefícios e defesa a saber:

- a) Cultura intelectual, moral, social e física, pela fundação, respectivamente de escolas, pela realização de conferências e pela imprensa sã, clubes de esporte, etc.
- b) Proteção social, por assistência carinhosa e eficiente nas oficinas, escolas e lares.
- c) Auxílio jurídico, médico e material, pelas várias formas de beneficência e mútuo socorro.

(d) Sindicalização das classes operárias.

(...)

3. Restaurar a paz do mundo do trabalho, pelo respeito aos direitos recíprocos e pelo restabelecimento de relações harmoniosas entre operários e patrões.

Artigo 2 – Para colimar estes ideais, o C.O.C. se estribará nos seguintes princípios, como bases firmes e inabaláveis, adotando:

1 – A doutrina e moral do evangelho de Cristo, código divino inigualável de justiça, respeito mútuo, amor e harmonia entre os homens.

2 – A orientação sociológica contida nas Encíclicas Rerum Novarum, de Leão XIII, e Quadragésimo Anno, de Pio XI.

3 - Repúdio à luta sistemática de classes.

4 – A fórmula de Toniolo: o trabalho cada vez mais dominante, a natureza cada vez mais dominada, e o capital cada vez mais proporcionado.

5 – A necessidade de intervenção moderada do Estado na Questão Social, no sentido de controlar e regular o justo salário, a justa produção e o justo preço (LINK, 2009 apud GRAZZIOTIN, 2010, p. 101).

A entidade passou a contar, em Caxias do Sul, com um grande número de associados (p. 101), e oferecia aos trabalhadores cursos de alfabetização e de profissionalização, orientações sobre higiene, opções de lazer, atividades religiosas (p. 105 e 107) e reuniões periódicas “nas quais [os sócios] discutiam os problemas da vida operária e recebiam orientação da Doutrina Social da Igreja” (p. 101).

A partir de 1945, o Círculo Operário adquiriu sua sede própria, instalada num “majestoso edifício” que foi comprado com contribuições monetárias dos empresários da cidade (p. 102) — o que ajuda a perceber como a entidade era bem-vista aos olhos da burguesia industrial caxiense, visto que ela contribuía para “apaziguar os ânimos” dos operários. Os associados eram identificados por uma carteirinha da instituição, e com ela poderiam usufruir de todos os benefícios oferecidos pelo Círculo — o que conferia a esses trabalhadores certo prestígio, a que não teriam acesso caso optassem por se associar ao sindicato de sua categoria. Além disso, era possível que os sindicalizados enfrentassem problemas com os proprietários da fábrica, o que contribuía para a sua escolha pela entidade religiosa — isso fica claro no depoimento de Maria Rasia:

Maria Abel: E a senhora era sócia do sindicato?

Maria: Não.

Maria Abel: Nunca se associou?

Maria: No começo, quem era sócia do sindicato eles não gostavam lá na firma.

Maria Abel: Ah é?

Maria: Não! Muitos anos depois que as pessoas podiam se associar, porque os sócios do...

Maria Abel: Do sindicato?

Maria: Do sindicato assim eles...

Maria Abel: Ficavam com prevenção?

Maria: É, é. Eles não gostavam. E por isso que eu me associei no Círculo Operário.⁴⁹

Assim, a distância que era mantida por grande parte dos funcionários em relação ao sindicato se justificava tanto por disposições dos próprios trabalhadores — que viam os sindicalizados como pessoas “desordeiras”, “sem vontade de trabalhar”, etc. — quanto por pressões dos proprietários da fábrica. As duas motivações, porém, estão ligadas ao domínio da burguesia fora e dentro da fábrica: enquanto a segunda diz respeito à coerção direta (o medo da demissão ou de retaliações), a primeira se refere ao campo da ideologia, que associava a reivindicação operária com a baderna, já que a mobilização dos trabalhadores romperia com a almejada harmonia entre o capital e o trabalho.

O Círculo Operário, inclusive, utilizava estratégias diversas para manter os trabalhadores distantes das lutas operárias. Getulio Ravizzoni, por exemplo, participou, no ano de 1962, do “Curso de Líderes Sindicais (técnica de Liderança)”, organizado pelos padres Paulo Zugno e Angelo Tronca (este último sendo o Assistente Religioso do Círculo Operário Caxiense) e ministrado pelo professor Joaquim de Lucena, do SENAI. Esse curso visava “atualizar um grupo de operários para as atividades modernas e atuais de orientação da classe operária”⁵⁰ — ou seja, formar líderes sindicais alinhados aos interesses da burguesia industrial local.

A questão da conciliação das classes e da ideologia também transparece nas celebrações do Primeiro de Maio que ocorreram na cidade. A data, em nível das mobilizações operárias internacionais, foi “inventada” no primeiro congresso da Segunda Internacional dos socialistas, a partir da seguinte moção:

Será organizada uma grande manifestação internacional com data fixa, de modo que, em todos os países e em todas as cidades ao mesmo tempo, no mesmo dia marcado, os trabalhadores intimem os poderes públicos a reduzir legalmente a jornada de trabalho a oito horas e a aplicar as outras resoluções do Congresso Internacional de

⁴⁹ Entrevista de Maria Rasia à historiadora Maria Abel Machado, 1992; acervo do Banco de Memória Oral do AHMJSA.

⁵⁰ O Pioneiro, Encerrado o Curso de Técnica de Liderança. Ano XIV, número 33, 1962, p. 15.

Paris. Considerando que uma manifestação semelhante já foi decidida para o Primeiro de Maio de 1890, pela American Federation of Labour, em seu Congresso de dezembro de 1888, realizado em Saint-Louis, adota-se esta data para a manifestação (PERROT, 1992 apud BILHÃO, 2008, p. 204).

Os anarquistas, porém, já propagavam a ideia de uma manifestação operária internacional desde o início da década de 1880, e a escolha do Primeiro de Maio coube aos libertários norte-americanos (p. 204-205). Os dois grupos — anarquistas e socialistas —, assim, disputavam o protagonismo e os rumos do movimento.

As mobilizações ligadas aos socialistas almejavam “canalizar as energias operárias em direção ao Estado”, clamando por redução de jornadas de trabalho e aumento dos direitos trabalhistas pela via legal, enquanto aquelas ligadas aos grupos anarquistas tinham um caráter diretamente antipatronal (p. 205). Nas duas correntes, porém, estava igualmente presente o elemento reivindicatório.

Dessa forma, os relatos sobre as experiências dos operários caxienses com o Primeiro de Maio são muito significativos para que se perceba o pequeno grau de penetração das ideias e dos símbolos do movimento operário — tanto da vertente anarquista quanto socialista — entre esse grupo de trabalhadores caxienses. A data é percebida por eles como um momento para se *comemorar*, e não para se *reivindicar* direitos, melhores condições ou mesmo mudanças de regime. Além disso, são lembrados por eles, com alegria, os festejos que eram organizados pelas fábricas da cidade.

Nesse sentido, Antônio Rodrigues, referindo-se ao período em que trabalhou na Cantina Luis Antunes, comenta que:

Antônio: Agora, por iniciativa do seu Armando [Antunes]⁵¹, todos os anos, no dia 1º De Maio, ele oferecia um churrasco pra todos os empregados [da Cantina Luiz Antunes].

Sônia: E era mesmo lá na Antunes?

Antônio: Lá na Antunes mesmo, na cantina.

[...]

Antônio: Bom, a única coisa que eu posso falar mais da firma Luiz Antunes, que o seu Armando, chegava no dia 1º de Maio, oferecia um churrasco pra todos empregados. Os empregados faziam o churrasco com alegria e tudo, e no dia 30, vamos dizer, de abril, se caísse num sábado, se fazia um baile e no dia 1º de Maio se fazia um churrasco. Então a gente tinha a festa, se não era no dia 30 ou no dia 29, dia 28 tinha baile, dia 1º de Maio se fazia um churrasco. E ele também dava uma gratificação pros funcionários.⁵²

⁵¹ Proprietário da Vinícola Luiz Antunes, uma das maiores cantinas da cidade entre 1910 e 1982.

⁵² Entrevista de Antônio Rodrigues ao Banco de Memória Oral do AHMJS, 2007.

Em outro diálogo, a entrevistadora já direciona a interpretação do Primeiro de Maio num sentido comemorativo, mas o entrevistado parece concordar quanto a esse caráter da data, visto que não a reivindica como um símbolo das lutas operárias:

Sônia: E o Primeiro de Maio tinha alguma coisa especial pra vocês, churrasco. Como era comemorado o Primeiro de Maio [na Eberle]?

Balduino: O Primeiro de Maio? Como era comemorado o Primeiro de Maio...

Sônia: É. Tinha alguma atividade dentro da empresa?

Balduino: Dentro da empresa, que eu lembre eu não, acho que não, pode ser, mas eu não me lembro dessas coisas, né?⁵³

Conforme as entrevistas indicam, a Eberle oferecia festejos na data em períodos mais remotos, ainda nas primeiras décadas do século XX, mas deixou de oferecê-los mais tarde. Em seu relato, Maria Rasia, nascida por volta de 1928, menciona sua participação nessas festas, ainda quando criança:

Maria: Quando eu era menina, antes de eu começar a trabalhar eu lembro que no dia 1º de Maio, dia do trabalhador, eles ofereciam churrasco pra família toda. A gente ia no Juventude, aqui embaixo no campo do Juventude [Estádio Alfredo Jaconi].

Maria Abel: Sim.

Maria: Eu lembro que nós ia lá, tinha churrasco, tinha festa, dançavam. Tinha essas coisas.⁵⁴

Em Caxias do Sul, portanto, estava presente o caráter festivo da data — que era defendido também pelos socialistas, que procuravam construir a classe operária por meio de uma “pedagogia da festa” (PERROT, 1992 apud BILHÃO, 2008, p. 204) — mas estava ausente qualquer cunho reivindicatório; pelo contrário, a data era, de certa forma, cooptada pela burguesia industrial, que promovia festividades para “homenagear” os trabalhadores e celebrar a sua condição de operários, visando a harmonização das relações de trabalho.

Assim, o Primeiro de Maio não se inscrevia na identidade dos operários da Eberle como um símbolo de suas reivindicações e vontades; ou melhor, essa data nem sequer era marcada na identidade do grupo, visto que ela era pensada apenas como um momento de festa e de confraternização junto aos patrões, ou mesmo como um momento de descanso (já que o Primeiro de Maio é um feriado), dado que a Metalúrgica Abramo Eberle deixou de oferecer festejos a certa altura.

⁵³ Entrevista de Balduino Aimi ao Banco de Memória Oral do AHMJA, 2014.

⁵⁴ Entrevista de Maria Rasia à historiadora Maria Abel Machado, 1992; acervo do Banco de Memória Oral do AHMJA.

A questão da aparente passividade desse grupo de operários, inclusive, pode ser melhor compreendida quando se atenta às alternativas que os trabalhadores vislumbravam para a melhora de suas condições de vida. A via da ascensão social individual, por meio do *aprendizado* e do *trabalho árduo*, era mais atrativa para a maioria dos operários do que a luta coletiva através da sindicalização — mesmo porque essa primeira opção envolvia muito menos riscos e conferia certa dignidade ao trabalhador.

A trajetória de Balduino Aimi, nesse sentido, é um exemplo perfeito do projeto de ascensão que muitos dos operários traçavam — e que, no caso de Balduino, foi bem sucedido:

Eu consegui viver, fiz um capitalzinho, criei minha família, eu agradeço, tem gente que..., mas eu acho que o Eberle foi um pai pra Caxias. Quem trabalhava no Eberle [inaudível], era respeitado. [inaudível] eu ganhava o salário, mas eu consegui com a economia, era um salário, fui ganhando sempre um pouquinho mais do que os outros porque me consideravam um pouquinho mais do que os outros. O chefe sempre achava que eu era um pouquinho mais do que os outros, porque todas as coisas que eu fiz...

[...]

Eu subi lá, eu fui chefe, fui até onde eu tinha que ir, me considerei realizado dentro do Eberle.⁵⁵

Dessa forma, para que essa ascensão ocorresse, era imprescindível que o operário fosse bem visto pelos proprietários e pelos chefes da fábrica. E esse era mais um motivo para que muitos dos trabalhadores se mantivessem distantes das lutas operárias, pois qualquer contato com o sindicato poderia vir a atrapalhar esse projeto.

Nesse contexto, a lealdade só poderia existir em relação a uma das duas instâncias: à fábrica ou ao sindicato. Ou melhor: o sindicalista, mesmo que fiel ao movimento operário, até poderia mostrar admiração ou alguma lealdade quanto à fábrica, mas o contrário — o trabalhador fiel à fábrica mostrar alguma fidelidade em relação ao sindicato, ou mesmo participar dele e de manifestações organizadas por ele — não poderia acontecer.

Dentre os ex-operários entrevistados, apenas um, Oscar Roth, participou do movimento sindical, e no relato dele fica muito marcada essa questão das lealdades: ele deixa claro que, ao mostrar-se leal ao sindicato e às pautas trabalhistas, não teria se posicionado *contra* os patrões; ele fala mesmo que as relações entre ele, enquanto sindicalista, e

⁵⁵ Entrevista de Balduino Aimi ao Banco de Memória Oral do AHMJA, 2014.

empresários eram *democráticas* e que alguns dos grandes empresários da cidade eram mesmo seus amigos.⁵⁶

Assim, levando-se em conta esses dois grupos — o dos operários que procuravam marcar distância em relação ao sindicato e aos movimentos grevistas e o dos que defendiam a participação nessas instâncias — encontram-se dissonâncias no que diz respeito às concepções dos trabalhadores da Eberle acerca do movimento operário, o que revela que havia algumas perspectivas em disputa para a definição das características do grupo identitário.

⁵⁶ Em um trecho da entrevista, ele afirma: “Então, o motivo de que eu saí do Eberle, por uma proposta, que eu fui líder do Sindicato, eu era um líder sindical junto com o [inaudível - interferência Rádio Atlântida], junto com o Bruno Segalla, aquela turma ali. E eu e o Percy de Abreu e Lima [inaudível - interferência Rádio Atlântida], do trabalho, o Percy, era o nosso advogado, então, nós resolvia as soluções dos problemas de aumento de firmas, momento em que despachavam os empregados, então, nós antes ia verificar no Sindicato se havia direito ou não havia direito, se havia processo, ou não havia processo. Então, eu até me admiro muito do seguinte, de que, voltando mais pra cá, o nosso negócio sempre era democrático; nós sentávamos com os patrões, o tal de Lívio Gazola ainda é um grande amigo meu, o irmão dele, o pai, nós reunia a diretoria da empresa, o Eberle, o Triches, né, Material Mecânico e Material Elétrico, que era tudo ligado ao mesmo Sindicato, né? Então, nós chegava e sentava democraticamente com os patrões, e nós opinava sobre o problema que, naquela época era brabo o tempo, né. Aí, eu sei que em [19]55, eu recebi uma proposta do Eberle, do Júlio Eberle, eu já tinha onze, doze anos de trabalho, de fazer um acordo com a empresa, né, mas mais foi por causa do Sindicato, da firma, eu era muito rígido, né, o que era certo, era certo, o que estava errado era errado. Então, eu me retirei do Eberle” (Entrevista de Oscar Roth ao Banco de Memória Oral do AHMJSa, 2003).

3. DIFERENÇA

As identidades, conforme vimos anteriormente⁵⁷, somente existem “por meio da marcação da diferença” (WOODWARD, 2000, p. 39) e, dessa forma, são relacionais, pois dependem de algo que está fora delas — de outra identidade — para existir (p. 9). Dessa forma, no subcapítulo 3.1, analisarei os grupos dos quais os ex-trabalhadores da Metalúrgica Abramo Eberle procuravam se diferenciar e em relação aos quais a identidade desse primeiro grupo era construída.

Além disso, na construção da identidade, são selecionadas certas características do grupo para serem exaltadas — e que serão consideradas, a partir daí, os atributos por excelência desse grupo —, enquanto outras acabam sendo obscurecidas (p. 14). No caso da identidade dos ex-trabalhadores da Eberle, as questões de gênero — tal como veremos no subcapítulo 3.2 — passam por uma marcação simbólica em que o masculino é exaltado e o feminino é suprimido.

Essa seleção dos símbolos e das práticas que vão caracterizar a identidade, além do mais, marca — por exclusão — o que os sujeitos que pertencem ao grupo *não são*, já que define as características que eles não têm. Desse modo, no subcapítulo 3.3, analisarei algumas dessas características, que são definidas tanto no campo simbólico quanto no campo material (por meio da posição social dos sujeitos).

3.1 OS OUTROS

Os operários da Metalúrgica Abramo Eberle, no dia-a-dia de trabalho e no cotidiano fora da fábrica, relacionavam-se com dois outros grupos: a burguesia industrial e as “classes perigosas”.

Esse último grupo compunha-se daqueles que eram considerados como “vagabundos” — criminosos, prostitutas, bêbados, desocupados, miseráveis, etc. — e dos quais os operários buscavam marcar distância. Os trabalhadores industriais se consideravam como parte do grupo das “pessoas honestas” e “honradas” — justamente pela dignidade que o trabalho lhes conferia — e desprezavam aqueles que, por “falta de vontade de trabalhar”, seguiam na miséria, na criminalidade ou em ofícios pouco prestigiosos.

⁵⁷ No capítulo 2.

Alvis Santos Fiedler, nesse sentido, comenta que, com a reforma de um dos cinemas de Caxias do Sul, ele deixou de ser um cinema de “povão” e se tornou um local “de elite”. Com a reforma, assim, Alvis passou a assistir a espetáculos no lugar, visto que ele passou a ser frequentado por pessoas “da boa sociedade”⁵⁸, grupo ao qual o operário queria marcar sua pertença.

Alguns dos operários, inclusive, conviviam com as classes perigosas por conta de seu local de moradia — dois dos entrevistados, Oscar Roth e Nicanor Moreira da Silva, viviam no Burgo. Sobre o bairro, Nicanor comenta em entrevista:

Sônia: Seu Nicanor, nesse período em que o senhor tinha cinco anos, até a adolescência, como era a região do Burgo, como era a região do Buraco Quente, e como era a região lá da Zona da Antena? Até a adolescência, até vocês jovens?

Nicanor: Bom, ela tinha a fama de perigosa, né, assim, mas..., claro, naquela época era perigosa, mas era perigosa assim que não existia revólver, era na base do tapa, porrete, e tal, então, era muito briguento, mas não de crime. Vão dizer que nem a polícia vinha aqui encima [sic] no Burgo quando acontecia as coisas, porque era muito perigoso.⁵⁹

Oscar também fala sobre as mudanças pelas quais o bairro passou, comparando passado e presente:

E, com aquilo ali, começou esse pessoal a se amontoar [na região do Burgo], começaram a se empregar, conseguir empregos, tudo o mais e tal, e hoje, por sinal, é um bairro muito bom, né, além do passado, aqui, por exemplo, se amontoava tudo quanto era tipo de pessoas que vinham de fora, às vezes muitas pessoas irresponsáveis, né?⁶⁰

Os moradores do bairro, de maneira geral, foram referidos como pessoas “violentas” e “irresponsáveis” — em suma, como parte das “classes perigosas”. Os operários que viviam no Burgo, assim, deveriam fazer um esforço ainda maior do que o restante dos seus pares para se diferenciar dos “vagabundos”, justamente porque generalizava-se os moradores do bairro nesse sentido; porém, nem sempre esses esforços desses trabalhadores

⁵⁸ “Então, com três, quatro [anos] de casado, aí por [19]59, aproximadamente ano 1960, não sei exatamente. Bom, antigamente tinha o Cinema Apolo, depois o Cinema Apolo foi reformado e ficou o Cinema Ópera. E o Ópera ficou um cinema da elite, não ficou daquele povão que era do Apolo.” (Entrevista de Alvis Santos Fiedler ao Banco de Memória Oral do AHMJSA, 2015).

⁵⁹ Entrevista de Nicanor Moreira da Silva ao Banco de Memória Oral do AHMJSA, 2003.

⁶⁰ Entrevista de Oscar Roth ao Banco de Memória Oral do AHMJSA, 2003.

eram suficientes, como pode-se perceber na fala de Nicanor e de seu vizinho Sadi Pinheiro de Oliveira⁶¹:

Sônia: Vocês sentiam alguma discriminação da cidade, os habitantes do centro?

Sadi: Ah, isso aí sempre existiu, e existe até hoje. Tem pessoas, hoje não é tanto, né, mas se tu diz assim: “Eu moro lá no Burgo” tem pessoas que...

Nicanor: O nome ainda está marcado.⁶²

Oscar Roth, aliás, afirma que procurava afastar a juventude do crime, dentro do bairro, por meio do futebol. Ele foi presidente e técnico, por muitos anos, de um time amador sediado no Burgo, o Caxias F. C.⁶³, e recrutou alguns menores que eram considerados “marginais” para o time de juniores⁶⁴. Assim, ele afirma que conseguiu *regenerar* muitos desses jovens, tirando-os da vida do crime e transformando-os em homens *de respeito*. Nesse sentido, ele narra:

Então, a gente chegava, dizia pra eles: “O que que tu quer, com o jeito que vocês andam, a polícia atrás, vocês correndo pro meio do mato? Amanhã, ou depois vocês podem ter uma família. Olhem bem, vocês são novos, podem morrer aí por nada! Olhem bem, olhem bem o valor que tem a vida! Vocês têm toda a vida de vocês pela frente pra viver. Olhem pra mim - eu dizia - né, eu sou amigo de vocês, vocês podem ser amanhã ou depois igual a mim!” Né? De ser respeitado, de ter família, e tudo o mais e tal. E isso aí, graças a Deus, eu consegui.⁶⁵

⁶¹ Sadi, nascido por volta de 1939, foi funcionário público na prefeitura de Caxias do Sul.

⁶² Entrevista de Nicanor Moreira da Silva ao Banco de Memória Oral do AHMJSa, 2003.

⁶³ Oscar menciona, também, o preconceito que o time enfrentava na cidade: “[estive] sempre defendendo o meu Clube contra aquelas críticas, aqueles que vinham com os clubes coirmãos: ‘Olha, o time do Burgo, aquela negrada do Burgo!’” (Entrevista de Oscar Roth ao Banco de Memória Oral do AHMJSa, 2003).

⁶⁴ **Oscar:** Então, por intermédio da CBF [Confederação Brasileira de Futebol], veio uma lei que todo o clube, que era filiado à federação, que disputava o campeonato oficial, ele tinha que ter o juniores, e, nós aqui tínhamos muitos pivetes, guris de dezesseis, dezessete anos, até dezoito anos e eu tinha trinta dias pra montar esse time [...] Então, eu disse, eu vou pegar fulano, fulano, fulano, sicrano, fulano e eu agarrei, caminhei, convidei um por um para um churrasco aqui. ‘Mas vão ficar marginais?’ [inaudível - interferência Rádio Atlântida]. Deixa pra mim. Fiz um churrasco pra dezoito. Desses dezoito, por exemplo, dois não eram marginais, que eram bons jogadores, né, eram guris, mas jogavam bem e tal. Nós fizemos esse churrasco, e eu disse: ‘Olha, domingo de tarde eu quero todos vocês lá no Municipal, aí no Municipal. Nós vamos fazer um treino, eu vou precisar de vocês!’ [...] **Oscar:** Eu peguei, fiz um treino com eles, dois treinos, depois, então, eles começaram a me acompanhar na colônia, sei lá nos dias que a gente fazia, porque era campeonato. Mandeí tirar fotografias de todos eles, trouxe todo o fichário da federação, inscrevi todos eles com autorização dos pais, porque eram menor de idade, né? Eu formei aquele júnior e formei homens. Sabe como é que é? Eu formei homens, eu perdi, de toda aquela gente, dois. Dois, e não aqui em Caxias!

Sônia: Perdeu como?

Oscar: Foram matados lá em Santa Catarina, dois.

Sônia: Foram mortos?

Oscar: Foram matados. Que passaram por aqui, e depois não conseguiram regenerar, aqui fugiram da polícia e foram embora.” (Entrevista de Oscar Roth ao Banco de Memória Oral do AHMJSa, 2003).

⁶⁵ Entrevista de Oscar Roth ao Banco de Memória Oral do AHMJSa, 2003.

Já do outro lado, havia as relações desses operários com a burguesia industrial. Os trabalhadores da Eberle, nesse contexto, reconheciam os burgueses como um grupo distinto, mas esse não era um grupo em relação ao qual eles quisessem se diferenciar — pelo contrário, o desejo da maior parte deles era o de vir a fazer parte da burguesia. Essa relação entre patrões e operários, assim, assentava-se numa dupla negação:

a primeira é da oposição entre operários e industriais no interior do mundo do trabalho, uma vez que os industriais seriam operários que, graças aos seus esforços pessoais, teriam “vencido”, e a segunda, a da exploração capitalista, uma vez que, através da economia e do estudo, os operários poderiam chegar à mesma condição dos industriais (BILHÃO, 2008, p. 54).

Dessa forma, a realidade social era pensada como uma *pirâmide*, em que os industriais se encontravam no topo e em que os trabalhadores, caso se esforçassem, poderiam subir a esse topo também. Toda sorte de contato que os ex-operários tivessem estabelecido com membros da burguesia, assim, era motivo de orgulho, visto que o trato com *peessoas distintas* — notadamente com os diretores (espécies de gerentes da burguesia) e com os proprietários da fábrica — conferia um status diferenciado ao trabalhador. Essa questão fica implícita no seguinte trecho da entrevista de Antônio Rodrigues:

Sônia: A festa de casamento, o senhor se casou aqui na Catedral?

Antônio: Aqui na Catedral e a minha festa foi no Juventude, no Recreio da Juventude. Aí foi convidado o pessoal da Eberle. No meu casamento foi o Júlio Eberle⁶⁶, o Caetano Petinelli⁶⁷, o Oscar Martini⁶⁸, o Hugo Argenta⁶⁹. O Hugo Argenta quando conheceu, conhecia a minha mãe de solteira, quando ele viu ela, ele ficou: “Mas como, a senhora aqui?” Ela disse: “Sim, o meu filho está casando!” [risos] [...]. E ela se dava com a esposa do Caetano Petinelli, ficaram conversando também, eram amigas, a esposa do Petinelli era Eberle, né, e a minha mãe quando saía daqui da Júlio de Castilhos, que é aqui na frente do [Recreio] Guarany, ela ia pro centro, então elas se encontravam aí pelo caminho.⁷⁰

Ao falar do casamento, Antônio dá ênfase para aqueles convidados que são considerados mais *ilustres*, que conferiam prestígio para ele e sua família e também para o evento do casamento em si. Outro operário, Balduino Aimi, também relata com orgulho os

⁶⁶ Filho de Abramo Eberle e um dos proprietários da fábrica.

⁶⁷ Diretor Gerente da Metalúrgica Abramo Eberle.

⁶⁸ Sócio e Diretor Gerente da Metalúrgica Abramo Eberle.

⁶⁹ Diretor Vice-Presidente da Metalúrgica Abramo Eberle.

⁷⁰ Entrevista de Antônio Rodrigues ao Banco de Memória Oral do AHMISA, 2007.

contatos que teve com os diretores e os donos da fábrica, e menciona que frequentava a trabalho a casa de alguns deles:

Balduíno: Principalmente..., eu me dava [bem], eu ia na casa de todos eles pra fazer trabalhos, quando tinha algum serviço na casa do seu Sassi⁷¹, do Petinelli que construiu a casa e eu construiu algumas janelas pra casa dele aquela casa nova...

[...]

Balduíno: O Caetano Petinelli, eu ajudei a construir algumas janelas, mandaram fazer, e o que faltava fui eu que fiz. Eu ia na casa do... Como é? Onde morava o Abramo, como é o nome dele?

Sônia: O Júlio?

Balduíno: Onde morava o Abramo mesmo? Eu ia seguido lá fazer serviços na casa dele, arrumar a porta, um parafuso, uma janela, o Nicoletti⁷² sempre me mandava eu, “Balduíno vai lá, vai na casa do”... Não é o Idelfonso...

Sônia: O Beppin⁷³ não?

Balduíno: Não, não, o Beppin já tinha falecido. Na casa do seu Júlio aqui, eu fiz a casa, as esquadrias e depois era quase sempre eu que trabalhava lá, arrumar uma porta, uma janela, um móvel, “Balduíno passa lá, vai na casa do seu Júlio!” Largava um serrote, uma ferramenta, uma torques, um martelo, uma chave de fenda, ‘Vai lá ver o que tem pra fazer!’ Então, o Júlio, eu me dava com todo mundo, esse Idelfonso Eberle⁷⁴ também. Quando ele veio morar aqui embaixo, aqui na chácara do Eberle, onde tinha o parreiral do Eberle, onde tem o supermercado agora [Zaffari], ali tinha uma casa...

Sônia: Sim, sim.

Balduíno: Aquela casa foi reformada pelo Idelfonso Eberle pro sobrinho do Júlio, que vinha na direção do Eberle, isso me lembro. Eu tenho um cabide que ele trouxe o modelo do Rio [de Janeiro], eu fiz um cabidinho pra ele, eu vou lhe mostrar depois, o cabide que eu tenho aqui. Eu fiz um cabide pra ele, e disse “Nicoletti, me faz esse cabide, porque é muito bom pra pendurar casaco”, o Idelfonso Eberle. Eu vou lhe mostrar o modelo depois, esse que o Idelfonso [mandou] fazer. Eu me dava muito bem com toda a turma, passei na casa de todo mundo.⁷⁵

Alguns desses operários, conforme vimos anteriormente, alcançaram ao longo da vida certa ascensão social, com alguns até mesmo abrindo pequenas fábricas ou estabelecimentos comerciais, mas nenhum deles alcançou o patamar em que estavam burgueses industriais como os Eberle. Para certos sujeitos, portanto, alguma ascensão — condicionada ao trabalho árduo e ao aprendizado — era possível, mas o modelo da pirâmide, que via apenas uma diferença de *grau* entre operários e empresários, não encontrava sustentação na realidade social.

⁷¹ Gerente da filial da Maesa em São Paulo.

⁷² Chefe de Balduíno na seção de marcenaria.

⁷³ Apelido de José Venzon Eberle, filho de Abramo Eberle.

⁷⁴ Diretor Gerente da Metalúrgica Abramo Eberle.

⁷⁵ Entrevista de Balduíno Aimi ao Banco de Memória Oral do AHMJA, 2014.

3.2 QUESTÕES DE GÊNERO

Para a definição do que os trabalhadores da Eberle *não eram*, há de se atentar também para os marcadores de gênero que contribuíram na formação da identidade desse grupo. Para isso, analisarei quais eram os papéis atribuídos aos gêneros masculino e feminino, dentro e fora da fábrica, e procurarei identificar se os valores associados à figura do operário correspondiam *exclusivamente* a algum desses papéis.

Dessa forma, considerarei os alertas da historiadora Maria Abel Machado no sentido de que, para se entender o papel da mulher trabalhadora, é necessário que se pensem as relações entre a organização da família e o processo de trabalho (MACHADO, 1988, p. 23). Logo, visto que os gêneros — e os papéis a eles atribuídos — só existem *em relação* um com o outro, o estudo da família interessa também para o entendimento dos papéis atribuídos aos homens. Assim,

A família moderna funda-se no casamento monogâmico, estabelecido a partir de um acordo mútuo, constituindo-se na garantia da moralidade natural. A família é uma construção racional e voluntária, unida por fortes laços espirituais, como a memória e materiais, como o patrimônio que é a um só tempo necessidade econômica e afirmação simbólica. O chefe é o pai, e a família deve submeter-se a ele. A divisão sexual dos papéis se baseia em seus ‘caracteres naturais’, segundo uma posição entre passivo e ativo, entre o interior e o exterior, características que governam todo o século XIX (MACHADO, 1988, p. 66).

À mulher, nesse contexto, caberia a atuação no âmbito privado — a família, o espaço da casa — enquanto ao homem era reservado o âmbito público. Assim, para a mulher, “estar confinada ao privado implicou uma perda do poder sobre as organizações coletivas do mundo” (MACHADO, 1988, p. 68).

Porém, na região de colonização italiana, quando a mulher passou a trabalhar fora de casa, devido principalmente às pressões econômicas no seio da família — causadas pelos baixos salários que os homens recebiam, que eram muitas vezes insuficientes para a manutenção do lar —, houve algumas alterações neste equilíbrio. A mulher, conforme pontua Machado, passou a circular na esfera pública, mas os valores e expectativas a ela vinculados continuaram a ser aqueles ligados ao patriarcalismo (p. 25).

Isto fica patente quando se pensa o exemplo de Gigia Bandera, mãe de um dos maiores industriais de Caxias do Sul, Abramo Eberle, e que, por dez anos, dirigiu a funilaria que depois seria adquirida por seu filho — funilaria esta que está nas origens da Metalúrgica Abramo Eberle. Apesar da importância do papel de Gigia, que, inclusive, foi aquela que ensinou o ofício de funileiro ao seu filho, ela acabou sendo apagada da história oficial da empresa (p. 83). Machado, nesse sentido, ressalta que

Gigia Bandera permaneceu como a mãe de Abramo, o papel que, na hierarquia familiar, lhe cabia pela ordem social estabelecida. Mesmo no momento em que a mulher participava da esfera pública, destinada especificamente aos homens, sobretudo no que se refere ao econômico e ao político, ela era ignorada, porque estava deslocada do seu verdadeiro papel, fora do território que lhe fora reservado pela tradição (p. 84).

Se isso ocorria às mulheres da classe dominante, entende-se que o papel de subalternidade era ainda mais marcado no que diz respeito à mulher das classes trabalhadoras (p. 85). Dessa forma, quando passou a desempenhar o papel de operária na indústria caxiense,

sujeitando-se à condição de trabalhadora de baixos salários, a mulher foi aproveitada nas tarefas mais simples, de menos prestígio e, por vezes, mais exaustivas, na busca de meios para aumentar a renda familiar e garantir a própria subsistência. Condição à submissão e à obediência, características que trazia de casa em virtude do papel secundário que desempenhava no seio da família, a mulher de classe menos favorecida serviu aos interesses do capital local que viu, no seu aproveitamento, a possibilidade de baixar os custos da produção (p. 17).

Entre os personagens elencados, que, quando jovens ou adultos, passaram a trabalhar na Metalúrgica Abramo Eberle, há quatro mulheres e dez homens. Esta amostra está de acordo com a média da divisão de gênero dos trabalhadores na fábrica no ano de 1955, quando a cidade de Caxias do Sul foi visitada pelo antropólogo Thales de Azevedo. Ele registrou, quanto à Eberle, um total de 1184 trabalhadores do gênero masculino e de 315 trabalhadores do gênero feminino (ou seja, 3,75 mulheres a cada 10 homens), sendo que 186 dos trabalhadores e 145 das trabalhadoras eram menores de idade (AZEVEDO, 1994 apud TISOTT, 2017, p. 176).

Visto que, na sociedade marcadamente patriarcal da região, a mulher passar a circular no espaço público — na fábrica ou em outros locais de trabalho — era algo tido como um contrassenso, é esperado que houvesse resistências a esse movimento. Essas resistências ficam evidentes numa coluna do jornal caxiense *O Assombro*, de 1938, em que o articulista

comenta, entre outros, a indicação de Segismunda Pezzi para a presidência do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul:

Que as mulheres estão avançando é coisa indiscutível. Fora de discussão é também o fato de que o mundo começou a andar de cabeça para baixo, digo, tonto depois que as mulheres, deixando de avançar somente na Bolsa dos homens, passaram a avançar nas célebres conquistas femininas. Em toda a parte principiaram a botar a cabecinha de fora. Primeiro foram costureiras, apenas. Depois manicures, agarrando-se à vida com as unhas... dos outros. Em seguida empregadas de balcão e datilógrafas. Mais tarde deram um topada nos garçons e viraram garçonetes. E, assim, paulatinamente, tomaram de todos os empregos, alijando os homens que, daí por diante, se dividiram em duas categorias: os que trabalham e os que não trabalham, subdividindo-se estes em duas outras: os voluntários e os forçados.

[...]

E as caixeirinhas, e as colaboradoras e as empregadas de fábricas!... Se essas centenas de mulheres que andam por aí ocupando os lugares que de justiça caberiam aos homens (Sic).

O avanço é tão grande que chegou agora ao nosso conhecimento mais um fato, não apenas alarmante, mas até lamentável.

É o caso que sendo necessária a renovação da atual diretoria do Sindicato dos Bancários, o presidente indicado será uma mulher. Parece mentira, mas é verdade amigo Bastião. Os bancários caxienses vão ser dirigidos por uma bancária.

Se isso continuar desse jeito, amanhã ou depois teremos por aí uma prefeita, uma bispa, uma delegada de polícia (há tanta sogra venenosa em Caxias!) e as mulheres tomando conta de tudo.

E nós os homens ficaremos em casa cozinhando, limpando, lavando roupa, cerzindo as meias e, quem sabe, se acalentando e amamentando os queridinhos dos filhinhos. É preciso reagir, minha gente (O ASSOMBRO, 1938 apud MACHADO, 1988, p 87-88).

Nesse sentido, pode-se refletir sobre as dificuldades e o preconceito por que teria passado a operária Hilda Gollo Gazzana, aquela que, dentre as entrevistadas, começou a trabalhar na Eberle no ano mais remoto, em 1932. Quando questionada em entrevista sobre a opinião da sua família e amigos sobre o fato de ela trabalhar fora de casa, respondeu: “eu nem sei o que elas pensavam pra dizer a verdade”⁷⁶, e menciona que trabalhava, à época, porque isso era necessário para o seu sustento. Assim, visto que dificilmente ela teria ficado alheia às opiniões que as pessoas nutriam acerca do seu trabalho, pode-se propor a hipótese de que ela não quis tocar no assunto por vergonha de contar os preconceitos que ela eventualmente tivesse sofrido, ou até mesmo para não entrar em um assunto “polêmico” — essas hipóteses são corroboradas pela sua vontade, manifesta ao final da entrevista, de ter contado “coisas mais bonitas” para a entrevistadora; ou seja, ela queria pintar os eventos da sua vida, na narrativa, como positivos e livres de conflitos.

⁷⁶ Entrevista de Hilda Gollo Gazzana à historiadora Maria Abel Machado, 1992; acervo do Banco de Memória Oral do AHMJSa.

Muitas mulheres, assim como Hilda, seguiram como trabalhadoras da fábrica por toda a vida adulta, até se aposentarem. Porém, mesmo tendo-se em vista esses casos, a conquista do espaço público pela mulher com o ingresso na fábrica era ainda muito limitada. Um exemplo disso é o fato de que as mulheres, muitas vezes, trabalhavam fora de casa apenas quando solteiras — ou seja, o que as impelia a procurar um emprego era principalmente a necessidade econômica, e, no momento em que casavam com um homem que poderia lhes sustentar, elas saíam da fábrica. Além disso, segundo a moral da sociedade patriarcal da época, tinha-se que a fábrica não seria o *lugar* de uma mulher casada, e que o espaço público continuaria reservado, em regra, ao homem — o trabalho da mulher no espaço público configuraria, nesse arranjo, uma exceção.

Isso pode ser percebido quando se analisa a trajetória de Jandira Ravizzoni, que, quando solteira, foi contratada para trabalhar na Eberle. Ela comenta que “era uma época que se obrigou a trabalhar, a Metalúrgica ela abriu muito esse espaço. Muita gente vinha do interior, também à procura de trabalho. E a mulher aqui... aqui na cidade, quem não estudava tinha que trabalhar” (A HONRA DO TRABALHO, 2013). Na fábrica, ela conheceu o futuro marido, o também operário Getulio Ravizzoni — e, depois de casados, ela saiu da fábrica, a pedido do marido. Ela conta que “a minha irmã, por exemplo, se aposentou no Eberle. Eu, porque o Getulio não quis mais que eu continuasse a trabalhar, né” (A HONRA DO TRABALHO, 2013).

Porém, em casa, o seu trabalho não ficou restrito aos afazeres domésticos: ela diz que “depois que nós casamos, depois de um tempo, ãh... nós come... nós trabalhava em casa pro Eberle...” (A HONRA DO TRABALHO, 2013). Ou seja: o ponto crucial para que ela saísse da fábrica foi a questão de que o espaço público não era tido como apropriado para a mulher, já que, em casa, ela continuou produzindo para a fábrica.

Além disso, as funções reservadas a homens e mulheres dentro da fábrica eram divididas conforme o que se pensava serem os *atributos* e os *papéis* de cada um dos gêneros. À mulher cabiam tarefas mais simples, auxiliares, que poderiam ser exercidos mesmo por garotos aprendizes, conforme expõe Machado: “as tarefas destinadas às mulheres, no interior da unidade fabril de produção, eram as mais simples, mais grosseiras, exaustivas e menos atraentes” (1988, p. 129), e na Eberle, “havia rigor no nível de exigência, mas os trabalhos eram mais leves, limitando-se à seleção de peças, embalagens, cartonagem, etc. As

brunideiras eram as mais conhecidas, faziam o trabalho de polimento das peças de metal” (p. 131).

Aos homens, por sua vez, eram reservadas as tarefas centrais ao processo de produção. Assim, vê-se que a figura do operário ideal continuava ligada ao gênero masculino; a mulher podia estar circulando na fábrica, mas o seu papel, na ideologia dominante, continuava ligado aos cuidados da casa e à realização de tarefas simples, e não à centralidade do processo produtivo.

Isso fica patente nos relatos da operária Iria Périco sobre o seu trabalho em uma das fábricas pelas quais passou:

Iria: [Trabalhava no] Engarrafamento, lá se fazia de tudo lá também. Mas sempre gostei de trabalhar nessas firmas assim. Eu gosto de fazer serviço pesado e de movimento, né?

Maria: Sim.

Iria: Se ficar sentada numa máquina de costura...

Maria: Não gosta?

Iria: Não, não, não.

[...]

Maria: E tinha outras mulheres que trabalhavam nessa sessão [sic] também?

Iria: É. Não, era só na sessão [sic] de homens [risos].

Maria: Ah é? Mas era serviço de mulher ou era serviço de homem?

Iria: Era serviço de homem, de homem.⁷⁷

Aqui, percebe-se que, mesmo que a mulher passasse a desempenhar uma tarefa que tradicionalmente era executada por homens (no caso de Iria, o trabalho na seção de engarrafamento), essa tarefa continuava a ser pensada como “tarefa de homem” — ou seja, o status da tarefa no que diz respeito à sua atribuição a um gênero específico não era modificado, e a mulher que a executasse é que estaria deslocada de seu lugar.

Na fala de Iria, destaca-se também o trecho em que ela comenta não gostar de trabalhar com costura — ou seja, para afirmar o seu apreço pelo “serviço de homem”, ela contrapõe o que é pensado como o “serviço de mulher”.

Das mulheres operárias, também, era esperado um *comportamento* distinto daquele exigido dos homens. Nesse sentido, Jandira Ravizzoni comenta sobre a seção em que ela trabalhava:

E eu sempre digo assim, que nós éramos uma seção de, de moças, ah, jovens comportadas, porque ao lado da nossa seção, da seção de controle, era a seção da, ah..., tinha a... sala da direção do Eberle. Então, pela nossa seção, passava o... os

⁷⁷ Entrevista de Iria Périco à historiadora Maria Abel Machado, 1992; acervo do Banco de Memória Oral do AHMJA.

diretores, então nós tinha que tá sempre bem... nós tínhamos que estar sempre bem comportadas, né. Mas era, era, um, umas pessoas muito... ãh, comportadas mesmo, muito...responsáveis... (A HONRA DO TRABALHO, 2013).

Refletiam, assim, nas expectativas sobre a mulher operária aqueles valores que eram vinculados à mulher, de maneira geral, na sociedade — a mulher deveria ser obediente, submissa, etc. Essa expectativa de comportamento pode ser percebida no relato de Maria Rasia, que rompeu com esses valores ao, em determinado momento, questionar os chefes. Como vê-se na entrevista, a atitude de Maria não ocorreu sem reação — nesse caso, ao homem, coube colocar a mulher “em seu lugar”:

Maria Abel: E, como a senhora trabalhou tantos anos dentro da firma, a senhora se sentiu, a senhora disse que ganhava pouco, né, então, a senhora se sentia explorada, se sentiu assim que podia ganhar mais?

Maria: Sim. Sim. De vez em quando eu discutia até com o chefe.

Maria Abel: Fazia, reivindicava?

Maria: Sim, sim. Porque eu ganhava a gratificação, quando eles estavam no fim do ano eles davam uma gratificação pros encarregados.

Maria Abel: Ah, ta!

Maria: E teve um ano que eu não gostei, achei que era muito pouco e não assinei, não aceitei. Então eles me chamaram lá, até quem veio falar comigo foi o Sassi, que era um dos chefes que...

Maria Abel: Que mora, morava ali, né?

Maria: É. Ai ele me deixou eu ficar desse tamanho assim.

Maria Abel: Por quê?

Maria: Porque assim: ninguém é insubstituível, que se eu não queria sair eles botavam outra no meu lugar, não sei o que. Eu fiquei tão triste daquela vez.

Maria Abel: Olha só! E não aumentaram? Ficou na mesma?

Maria: Só que eu fiquei com tanta vergonha que eu assinei, peguei o dinheiro e tã, tã, tã, não precisou eu ficar discutindo.⁷⁸

O tratamento que Maria Rasia recebeu dos chefes, nessa ocasião, contrasta muito com aquele recebido por Alvis Santos Fiedler em um caso bem similar, já transcrito na nota de rodapé 14 e que reproduzo aqui:

Mas o que me aborreceu, me aborreceu uns três anos, deixa ver, uns três anos antes de eu sair, porque eu saí da Metalúrgica Eberle em [19]66, a pedido do Alberto Bellini pra trabalhar na empresa dele. O que me aborreceu... como eu vou dizer? Eu ganhava gratificação, ganhava uma gratificação no fim do ano, a Metalúrgica Abramo Eberle dava gratificação pros mestres, pros encarregados e algumas pessoas, eu não era encarregado de ninguém, mas uma pessoa que se destacavam no trabalho, eu ganhava no fim do ano, não me lembro bem, meio salário do ordenado

⁷⁸ Entrevista de Maria Rasia à historiadora Maria Abel Machado, 1992; acervo do Banco de Memória Oral do AHMJSa.

que eu ganhava, um pouquinho mais. Mas, chegou um ano que eu achava bom, esse ano eu mereço mais, eu acho que eles vão me dar um ordenado e não meio ou dois terço, não sei quanto eu ganhava. Eu fiquei chateado, até eu fui falar com o seu Hugo [Seidl, chefe da seção]: ‘Puxa, seu Hugo! - ‘É, mas quem resolve isso aí é a direção. A direção tem uma determinada verba pra distribuir e aquela verba é distribuída proporcionalmente, não posso chegar e dizer assim: olha, tu merece tanto, se eu não tenho aquela verba’. Lá na seção tinha uns quatro ou cinco que ganhavam essa gratificação, né? Aí aconteceu que o Alberto Bellini e o Luís Bellini saíram da Metalúrgica Eberle e montaram a empresa deles, a Metalúrgica Bellini.⁷⁹

Além disso, no que diz respeito às distinções de gênero dentro da fábrica, e que ajudam a delimitar a identidade operária, há também a questão da qualificação. Diversos dos homens operários entrevistados mencionaram o fato de terem passado por cursos profissionalizantes — por meio do SENAI ou naqueles oferecidos pela própria fábrica —, o que provavelmente teve um grande impacto na sua vida profissional, visto que passaram a exercer funções especializadas na fábrica e vieram a alcançar postos mais altos (e com melhores salários) na hierarquia da empresa.

Às mulheres, porém, o caminho da qualificação por meio desses cursos era vedado. Isso porque o SENAI estabelecia um projeto de “família operária”, em que o pai deveria ser um operário especializado e a mãe uma dona de casa. Às moças da classe operária caberia, no máximo, o trabalho em funções semiespecializadas até que casassem (WEINSTEIN, 2000 apud TISOTT, p. 176). Assim,

Na prática, a mulher trabalhadora era considerada pelo SENAI como “uma subcategoria à parte da classe operária”, que desempenharia funções menos importantes na indústria até se casar, ou, em caso de permanecer na condição de operária quando adulta, assumiria uma dupla jornada desempenhando as tarefas domésticas além do trabalho industrial (WEINSTEIN 2000 apud TISOTT, p. 176).

Na Metalúrgica Abramo Eberle, aparentemente, aplicava-se um projeto semelhante, já que a qualificação era estimulada apenas para os operários do gênero masculino. Mas a concepção de “família operária” não era seguida totalmente à risca, já que agradava muito aos empresários o aproveitamento das operárias adultas como meio de baixar os custos da produção.

Reflete-se, portanto, tanto na política empresarial quanto nas concepções dos próprios trabalhadores o fato de que a identidade operária era marcada por valores tidos como

⁷⁹ Entrevista de Alvis Santos Fiedler ao Banco de Memória Oral do AHMJS, 2015.

masculinos e, mais do que isso, a mulher era vista como, no máximo, um elemento acessório ao processo de produção.

Isso pode ser percebido, inclusive, nas opções de lazer que eram oferecidas aos funcionários da fábrica: o futebol era o grande destaque entre essas opções, mas não havia time feminino. Às mulheres restava, no máximo, torcer pelo time dos colegas homens.

O movimento sindical caxiense, conforme pontua Machado, também reproduzia essas concepções acerca da mulher operária. Assim, mesmo que algumas mulheres tivessem consciência da injustiça que era a diferença salarial entre homens e mulheres, elas não procuravam a mobilização pela via sindical, até mesmo porque os sindicatos não estavam abertos a essas pautas. É o caso de Maria Rasia, que comenta:

Maria: Ah, naquele tempo, no início não tinha salário mínimo, então quem aumentava era o chefe, né?

[...]

Maria Abel: Um aumento pequeno?

Maria: Eu nem sei te dizer. [risos]

Maria Abel: Igual ao salário dos professores?

Maria: Sim, sim, desse tamanhinho. Não, sabe que eu sempre ganhei pouco. Na fábrica eles sempre fizeram diferença entre o homem e a mulher. A gente podia trabalhar quanto, por mais que a gente trabalhava porque era mulher se ganhava menos, menos do que os homens.

Maria Abel: E ganhava bem menos?

Maria: Ah sim, sim. [inaudível]

Maria Abel: Pois é isso justamente que eu estou tentando mostrar, que embora a mulher trabalhasse igual, ou mais...

Maria: Até mais. Porque tinha muitos homens que não trabalhavam muito, mas porque era homem e não sei o que...⁸⁰

E sobre a sindicalização, consta esse trecho:

Maria Abel: E a senhora era sócia do sindicato?

Maria: Não.

Maria Abel: Nunca se associou?

Maria: No começo, quem era sócia do sindicato eles não gostavam lá na firma.

[...]

Maria Abel: Ah sim. E as outras suas colegas também não se associaram, ou tinha algumas que?...

Maria: Não, não, se tinha era homem, mulheres na minha sessão [sic] não.⁸¹

⁸⁰ Entrevista de Maria Rasia à historiadora Maria Abel Machado, 1992; acervo do Banco de Memória Oral do AHMJSa.

⁸¹ Entrevista de Maria Rasia à historiadora Maria Abel Machado, 1992; acervo do Banco de Memória Oral do AHMJSa.

Assim, a partir de todos esses pontos elencados — o papel da mulher na sociedade em geral e dentro da fábrica; as questões da qualificação, do lazer, do movimento sindical etc. — percebe-se que, tanto na política empresarial quanto nas concepções dos próprios trabalhadores, as mulheres não eram pensadas como operárias de fato — elas eram, quando muito, elementos acessórios ao processo de produção. A identidade operária era marcada por valores tidos como masculinos — a força, a capacidade intelectual, a ocupação do espaço público etc. — e o operário ideal portanto, *não era mulher*.

Essa questão, conforme pode-se esperar, impactava nas diferentes possibilidades que estavam abertas a mulheres e a homens, ligadas aos papéis que eram atribuídos a cada um dos gêneros. Essas diferenças podem ser percebidas quando analisamos comparativamente a trajetória dos operários, e um caso bastante representativo é o do casal Jandira Ravizzoni e Getulio Ravizzoni: o segundo teve acesso aos cursos do SENAI (conforme mencionado anteriormente), o que lhe proporcionou qualificação profissional; assim, ele passou a desempenhar funções mais especializadas na fábrica e alcançou postos mais altos — e de maiores salários — na hierarquia da empresa. Jandira, por sua vez, desempenhava uma função que não exigia qualificação na fábrica — ela era responsável por conferir a qualidade dos talheres — e recebia um salário baixo devido tanto ao fato de ser mulher quanto à sua situação de baixa qualificação profissional (o que, afinal, também resultava do fato de ser mulher). Ao casar, conforme já mencionado, ela retornou ao âmbito privado, representado pela função de “dona de casa”, que, no caso de Jandira, é complementada pelo trabalho produtivo para a Eberle — percebe-se que, afinal, a restrição às mulheres casadas era mais no sentido da circulação no espaço público (da fábrica) do que do trabalho produtivo.

Essa diferença também é percebida quando se analisa a situação econômica desses ex-operários já na velhice, no momento em que concederam as entrevistas. Enquanto alguns dos homens, depois de sair da Eberle, abriram fábricas ou negócios próprios e conquistaram uma boa situação econômica, a operária Iria Périco só conseguiu construir uma pequena casa própria já depois de aposentada, conforme ela relata:

Maria: Mas deu pra senhora comprar sua casinha, fazer a sua casa.

Iria: Sim, sim.

Maria: Ter alguma coisa pelo menos.

Iria: Pequeninha, mas dá, não é grande pra limpar...

[...]

Iria: Botei um processo [na Previdência Social] neles que aí me voltou esse dinheiro que eu botei a juros e eu fiz essa casinha, né?

[...]

Iria: Botei na Caixa, aí rendeu e deu pra fazer essa casinha.

Maria: Valeu a pena, então?

Iria: Não deu pra terminar, mas...

Maria: Mas escuta, já é uma grande coisa ter conseguido construir ela.

Iria: É. Ela é toda forradinha, tudo, só falta pintar, mas é eu que vou pintar, eu só comprar as tintas aos poucos, né?⁸²

Para finalizar, mais um ponto deve ser ressaltado: nas entrevistas com os homens, praticamente não há menção às mulheres operárias, enquanto nas entrevistas com as mulheres sempre é focalizada essa relação entre os gêneros. Isso evidencia a questão de que, na sociedade como um todo, o homem é visto como o *universal*, enquanto a mulher é o *outro*, e que, na definição da identidade dos operários da Eberle, conforme já mencionado, têm-se o masculino como marcador da identidade, enquanto a mulher é deixada para além das fronteiras do grupo.

3.3 LIBERDADE

O historiador E. P. Thompson, ao tratar das classes sociais, afirma que “a experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram - ou entraram involuntariamente” (2017, p. 10). Os operários — que fazem, é claro, parte de uma classe: a classe trabalhadora — podem, dessa forma, ser analisados sob esse prisma.

A experiência operária, de maneira geral, é caracterizada pelas longas jornadas de trabalho, com uma disciplina rígida ditada pelo tempo da máquina — ou pelo controle do contramestre — e que muitas vezes é mesmo internalizada pelos trabalhadores; essas jornadas, além disso, são cumpridas em prédios fechados, dentro dos quais os operários não têm grande mobilidade; na Eberle, por exemplo, a produção era dividida em seções, e aos trabalhadores, salvo exceções, não era permitida a circulação entre essas diferentes seções.

Dessa maneira, *não cabia* ao operário o poder de decisão sobre a organização do trabalho; a própria rotina dele era, assim, determinada *de fora*, pela burguesia industrial, visto que ele passava grande parte de sua vida nesse *confinamento* na fábrica.

⁸² Entrevista de Iria Périco à historiadora Maria Abel Machado, 1992; acervo do Banco de Memória Oral do AHMJS

Dessa forma, uma característica que esses operários não tinham — ou seja, que se situava para além das fronteiras delimitadas pelo grupo identitário — era a da liberdade (entendida aqui tanto quanto a liberdade de ir e vir quanto a autonomia para tomar decisões em relação à organização do seu trabalho). Nesse sentido, alguns dos ex-operários entrevistados relataram a sensação de *aprisionamento*⁸³ que sentiam, mesmo porque consumiram os anos da sua juventude e vida adulta em longas jornadas dentro da fábrica. Orevil Bellini, nessa perspectiva, expôs:

Aquilo lá era um aprendizado, era uma prisão, mas era um aprendizado naquilo lá. Era uma participação de uma coisa grandiosa, útil, é o trabalho, né. E... [longa pausa] eu, eu podia ter ficado mais tempo ainda lá, pra, pra... eu me aposentei com trinta e três anos [de trabalho], e devia ser com trinta e cinco. Porque eu saía, às vezes, naquele portão, e... e via aquele pessoal sentado lá nos banco da praça, e eu ia de manhã, com o sol nascendo, e saía de lá de tarde, com o sol já declinando. E aí são trinta e três anos. E às vezes eu saía pra fazer uma compra lá pra seção, e eu via aquele pessoal sentado lá junto, na, nos banco na praça, e eu dizia: esses caras são felizes e não sabem [risos] (A HONRA DO TRABALHO, 2013).

Eugenio Luiz Bastiani também relata que, de início, teve essa sensação de aprisionamento, mas afirma ter se acostumado e passado a gostar do trabalho na fábrica:

Entrei na Eberle. Entrei no laboratório de análise...né... lugar fantástico. [Inaudível] Professora, você imagina eu, que trabalhava numa pedreira na colônia... e vim.. só que era no quarto andar, ali..., e fechado. Digo, me começou a correr as lágrimas e digo, eu não vou ficar aqui nem um mês, fechado aqui dentro de quatro paredes. Né, porque a gente era acostumado livre. Passaram-se vinte e cinco anos, né, e cada vez eu passei a gostar mais (A HONRA DO TRABALHO, 2013).

Chama a atenção, inclusive, a escolha do termo *livre* pelo ex-operário para contrapor sua experiência de trabalho anterior à labuta na Metalúrgica. A experiência de passar longas horas em um local fechado devia ser desconcertante para a grande massa de trabalhadores que, como Eugenio, migravam do campo para a cidade, e trocavam essa “liberdade” em relação ao espaço — ou mesmo em relação à organização do trabalho, nos muitos casos em que trabalhavam em terras da própria família — pelas quatro paredes da fábrica.

⁸³ Na bibliografia consultada, também encontrei relatos de ex-operários que guardam na memória essa sensação. Maria Abel Machado, referindo-se às trabalhadoras da Eberle, aponta: “O outro grupo é o das que não guardam boas lembranças do período de trabalho fora de casa, referem-se a ele com mágoa e com certa tristeza. Ao ser entrevistada, uma depoente reagiu: ‘o quê? naquela prisão, não quero lembrar’” (1988, p. 128). A depoente em questão é Aida Pizolatto Mano, que trabalhou na fábrica entre 1920 e 1926.

Essa questão do estranhamento que sentiam os trabalhadores do campo que, chegando às cidades, começavam a trabalhar nas fábricas é apontada também por E. P. Thompson ao tratar da Inglaterra durante a Revolução Industrial, focalizando o contraste entre o trabalho das crianças na economia doméstica e no ambiente fabril:

Em todas as casas, as meninas ocupavam-se com o preparo do pão e da cerveja, a limpeza e outros serviços. Na agricultura, as crianças — frequentemente mal-agasalhadas — trabalhavam nos campos ou na fazenda, sob qualquer condição climática. Contudo, em relação ao sistema fabril, havia diferenças significativas. As atividades domésticas eram mais variadas (e a monotonia é particularmente cruel para a criança). Em circunstâncias normais, o trabalho não se prolongava ininterruptamente, seguindo um ciclo de tarefas: mesmo as atividades uniformes, como enrolar bobinas, não ocupavam o dia inteiro, exceto em circunstâncias especiais [...]. Nenhuma criança tinha de pisar sobre o algodão numa tina, durante oito horas por dia, seis dias por semana (2012, p. 255-256).

O trabalho na fábrica consistia em uma realidade cruel, assim, nas mais diferentes épocas e contextos. A monotonia, as tarefas fisicamente desgastantes, o controle do tempo e dos corpos dos operários pelo contramestre, tudo isso contribuía para que os operários se vissem em uma situação aflitiva.

A sensação de privação da liberdade, portanto, era uma constante na vida de muitos operários. Porém, essa questão recebeu muito pouco destaque nas entrevistas dos trabalhadores da Eberle — geralmente, aspectos como o orgulho de se trabalhar na Metalúrgica ou a importância do aprendizado, que eram considerados como traços positivos, foram muito mais enfatizados. Desse modo, há de se refletir sobre o papel da ideologia na distorção da memória desses ex-trabalhadores, ao manipular memória e esquecimento com vistas à legitimação do sistema de poder (RICOEUR, 2007, p. 95).

Nesse sentido, a manutenção (aliada à exaltação e à positivação) da memória quanto aos aspectos acima citados, aliada ao relativo esquecimento concernente às experiências desagradáveis do cotidiano de trabalho na fábrica, contribuía para o *apassivamento* dos operários e para a manutenção do status quo. Procedendo a essa distorção da realidade, a ideologia burguesa — representada aqui pela burguesia industrial ligada à Metalúrgica Abramo Eberle — para além de influenciar a maneira como as narrativas dos ex-operários eram construídas, ajudava a conformar a própria identidade do grupo — dado que a ideologia atua no sentido de oferecer um invólucro simbólico para as identidades (p. 95).

Contudo, a questão da manipulação da memória não suprime, de maneira alguma, a agência histórica dos operários. Eles são sujeitos na conformação da identidade do grupo ao qual pertencem, mas essa construção não se dá em território neutro — ela se dá em um campo em que, justamente, o poder pertence a outrem (à burguesia) e em que esse *outro* pode manipular, até certo ponto, a maneira como as experiências dos trabalhadores são por eles rememoradas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta monografia procurei, como principal objetivo, analisar como a identidade operária é representada na memória de ex-trabalhadores da Metalúrgica Abramo Eberle. Aqui, apresentarei uma síntese das respostas encontradas para responder aos questionamentos que nortearam esta pesquisa.

Uma das principais características do grupo em análise é a da ética do trabalho a ele associada. Os ex-operários exaltavam a dedicação à fábrica, a conformação à disciplina, o trabalho árduo, entre outros aspectos que caracterizavam o *bom operário* — concepção essa que ia ao encontro, em muitos pontos, daquela propagada pela burguesia industrial.

Havia, porém, alguns pontos de divergência entre as concepções e vontades da burguesia e dos operários. Os primeiros desejavam apenas que o trabalhador se preocupasse com o crescimento da fábrica, enquanto os segundos, mesmo que valorizassem a fidelidade à empresa, também tinham projetos de ascensão social próprios (e que eram uma prioridade para eles). Esses projetos, entretanto, eram apenas individuais, e não procuravam combater os problemas que atingiam os trabalhadores como um todo.

E para que esses projetos tivessem êxito, era central a questão do aprendizado. Assim, os trabalhadores do gênero masculino, aos quais as possibilidades de formação estavam abertas, buscavam se especializar por meio dos cursos do SENAI ou daqueles ofertados pela própria Metalúrgica, ou mesmo se esforçavam para aprender mais no próprio dia-a-dia da fábrica, a fim de conseguir *crescer* dentro da empresa.

Já no que diz respeito aos sentimentos que os ex-operários manifestam em relação ao trabalho na Eberle, sobressai a questão do orgulho, muito ligada ao *status* diferenciado que a posição de operário da Metalúrgica conferia. Os ex-trabalhadores se vangloriam por ter trabalhado na fábrica — alguns afirmam mesmo ter amor pela Eberle — e narram com orgulho, também, as raras ocasiões em que tiveram contato com os proprietários da empresa, em relação aos quais (especialmente a Abramo Eberle) havia se estabelecido uma espécie de culto à personalidade.

O movimento operário, capitaneado, nas décadas de 1950 e 1960 — em que ocorreu uma série de greves na cidade — pelo Sindicato dos Metalúrgicos, recebia apoios restritos em meio aos operários da Eberle. Muitos dos trabalhadores preferiam se manter distantes das instâncias sindicais, atitude essa que era justificada tanto por disposições dos próprios

trabalhadores quanto por pressões dos patrões. Ambas as motivações, contudo, estavam ligadas ao domínio da burguesia: a segunda diz respeito à coerção direta, enquanto a primeira se refere ao campo da ideologia — difundida, entre outros, pelo Círculo Operário —, que associava as reivindicações operárias à “baderna”, visto que elas rompiam com a almejada harmonia entre capital e trabalho.

Essa harmonização das relações de classe também transparece nas concepções dos ex-operários sobre o Primeiro de Maio: em nenhum momento ele é pensado como um dia para lutas reivindicatórias; são lembradas pelos trabalhadores, apenas, as festividades que ocorreram na Eberle em princípios do século XX ou em outras fábricas da cidade. Dessa forma, a data não se inscrevia na identidade dos operários da Metalúrgica como um símbolo de suas lutas e vontades; na verdade, essa data nem sequer era marcada na identidade do grupo, visto que ela era transformada, por meio da ação da burguesia industrial, em um simples dia de festa.

Assim, levando-se em conta todos os esforços da burguesia em harmonizar as relações entre as classes, muitos dos operários preferiam investir em seus projetos de ascensão social individual a se envolver com movimentos reivindicatórios. Desse modo, esses trabalhadores precisavam expressar sua lealdade em relação à fábrica para serem bem vistos pelos chefes e conseguirem *crescer* dentro da empresa. Já quanto àqueles que se envolviam com o Sindicato, a lealdade passava por essa instituição, mas não se restringia a ela: sindicalizados e mesmo dirigentes sindicais podiam, ao mesmo tempo, expressar certa lealdade em relação à fábrica também.

Vimos, até agora, o que caracteriza a identidade dos operários da Eberle em si. Contudo, para que a identidade exista, a diferença é fundamental — logo, cada grupo identitário estabelece fronteiras que separam o que é igual e o que é diferente, o que faz parte do grupo e o que não faz. No caso em análise, os sujeitos aos quais os ex-operários da Eberle se contrapõem são as “classes perigosas” (criminosos, prostitutas, bêbados, desocupados, miseráveis; os “vagabundos” em geral), que, diferentemente dos trabalhadores fabris, não exibiam a *dignidade* que era conferida pelo trabalho honrado. Esses trabalhadores, porém, não procuram se diferenciar da burguesia — pelo contrário, grande parte deles tinha como desejo a pertença a essa classe, pertença essa que seria conquistada por meio do aprendizado e do trabalho árduo.

Às margens do grupo identitário, também, posicionam-se outros sujeitos: as mulheres. O espaço público, representado pela fábrica, era o lugar por excelência do homem, enquanto à mulher cabia a atuação no âmbito privado. Assim, mesmo que a mulher passasse a trabalhar na Metalúrgica, ela não se tornava uma operária *de fato*: a ela cabiam apenas tarefas mais simples, grosseiras, e que não eram centrais ao processo de produção — ou seja, ela era vista como um elemento acessório a esse processo — e os valores que marcam a identidade operária seguiram sendo atributos tidos como masculinos: a força física, a capacidade intelectual, entre outros.

Além desses diferentes sujeitos, há também símbolos e práticas que ficam de fora na conformação da identidade dos operários. A *liberdade*, nesse sentido, era algo que escapava das mãos desses trabalhadores, visto que, na fábrica, eles eram privados tanto da sua autonomia para ir e vir quanto do poder de decisão quanto à organização do trabalho. Por isso, alguns dos ex-operários comparam a Metalúrgica a uma prisão.

Todas essas relações identitárias se constituíram a partir da maneira como os operários da Metalúrgica Abramo Eberle perceberam suas experiências. Contudo, como a ideologia tem o poder de atuar na manipulação de memórias a fim de manter a legitimidade do status quo, os aspectos positivos do trabalho na fábrica ganharam centralidade e os negativos foram, em certa medida, esquecidos nas narrativas.

Esses foram os aspectos da identidade dos operários da Metalúrgica Abramo Eberle, conforme a sua representação na memória de ex-trabalhadores, compreendidos por este estudo. Não pretendo, de maneira alguma, esgotar essa questão, e alguns pontos, em especial, ficam em aberto para novas pesquisas:

Em primeiro lugar, mesmo por uma limitação das fontes utilizadas neste estudo, não procedi a uma análise das relações étnicas na fábrica (e na cidade) e nos possíveis pontos de contato entre as identidades étnicas e a operária. Novas investigações nesse sentido, certamente, seriam muito ricas.

Além disso, considero que se faz necessário estudos sobre o movimento operário e sindical de Caxias do Sul, temas que vêm sendo negligenciados até o momento; e estudos sobre a identidade operária em outros espaços de Caxias do Sul — ou mesmo que buscassem compreender as relações identitárias no território do município como um todo — seriam de enorme valia.

FONTES

Documento escrito

Livro de pagamento dos operários - Abramo Eberle & Cia (Original) 1939-1945 (MAE 178L). Acervo do AHMJSA.

Fontes orais

Entrevista de Alvis Santos Fiedler ao Banco de Memória Oral do AHMJSA, 2015.

Entrevista de Antônio Rodrigues ao Banco de Memória Oral do AHMJSA, 2007.

Entrevista de Balduino Aimi ao Banco de Memória Oral do AHMJSA, 2014.

Entrevista de Hilda Gollo Gazzana à historiadora Maria Abel Machado, 1992; acervo do Banco de Memória Oral do AHMJSA.

Entrevista de Humberto João Storchi ao Banco de Memória Oral do AHMJSA, 2003.

Entrevista de Humberto João Storchi ao Banco de Memória Oral do AHMJSA, 2012.

Entrevista de Iria Périco à historiadora Maria Abel Machado, 1992; acervo do Banco de Memória Oral do AHMJSA.

Entrevista de Maria Rasia à historiadora Maria Abel Machado, 1992; acervo do Banco de Memória Oral do AHMJSA.

Entrevista de Nicanor Moreira da Silva ao Banco de Memória Oral do AHMJSA, 2003.

Entrevista de Oscar Roth ao Banco de Memória Oral do AHMJSA, 2003.

Periódicos

BOLETIM EBERLE, Caxias do Sul, 1956-1965. Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DocReader/882194/1>>. Acesso em: 05 nov. 2019.

O PIONEIRO, Caxias do Sul, Ano XIV, número 33, 1962, p. 15. Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/docreader/885959/9238>>. Acesso em: 03 nov. 2019.

O PIONEIRO, Caxias do Sul, Ano XX, número 7, 1967, p. 11. Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DocReader/885959/13933>>. Acesso em: 03 nov. 2019.

REFERÊNCIAS

- A HONRA do trabalho. Direção de Alessandro Ditadi. Caxias do Sul: Guarda-Pó Verde, 2013. 1 DVD (aprox. 37 min).
- ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 155-202.
- BANCO de Memória Oral. **Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami**, [s.d.]. Disponível em: <<http://arquivomunicipal.caxias.rs.gov.br/index.php/banco-de-memoria-oral>>. Acesso em: 01 nov. 2019.
- BATALHA, Claudio H. M. Os desafios atuais da História do Trabalho. **Anos 90**, Porto Alegre, v.13, n. 23/24, p. 87-194, jan./dez. 2006. Disponível em: <www.seer.ufrgs.br/anos90/article/download/6398/3840>. Acesso em: 15 jun. 2019.
- BILHÃO, Isabel. A construção da identidade operária brasileira: aspectos de uma trajetória historiográfica (do nacional ao local). **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 2, n. 4, ago./set. 2010. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/viewFile/12285/17224>>. Acesso em: 20 jun. 2019.
- BILHÃO, Isabel. **Identidade e trabalho**: uma história do operariado porto-alegrense (1898-1920). Londrina: EDUEL, 2008.
- CAXIAS DO SUL. **Perfil socioeconômico - Caxias do Sul - Rio Grande do Sul - Brasil**. Caxias do Sul: Prefeitura Municipal de Caxias do Sul, 2014. Disponível em: <<https://caxias.rs.gov.br/uploads/documents/2018/01/e5078ad2-eb32-4cf5-a878-e2d7d08e093e.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2019.
- CORREA, Nathália de Lourdes Fernandes et al. A aristocracia operária e a centralidade da política na desmobilização da classe operária brasileira. *In*: VIII JORNADA INTERNACIONAL POLÍTICAS PÚBLICAS, 2017, São Luís. **Anais...** São Luís: Anais da VIII Jornada Internacional Políticas Públicas, 2017. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo3/aaristocraciaoperariaeacentralidadepoliticanadesmobilizaodaclasseoperariabrasileira.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2019.
- GRAZZIOTIN, Roque M. B. **Pressupostos da prática educativa na diocese de Caxias do Sul - 1934 a 1952**. 2010. 128 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2010.
- HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? *In*: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 103-133.
- HERÉDIA, Vânia Beatriz Merlotti. **Processo de industrialização da zona colonial italiana**: estudo de caso da primeira indústria têxtil do Nordeste do Estado do Rio Grande do Sul. 1 ed. Caxias do Sul: EDUCS, 1997.

KHOURY, Yara Aun. A problemática da memória como linguagem social e prática política: a experiência de trabalhadores da empresa Thyssenkrupp do Brasil. **História e Perspectivas**, Uberlândia – MG, v. 25, n. 46, p. 31-64, jan./jun. 2012. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/view/19446/10442>>. Acesso em: 25 jun. 2019.

KLEIN, Cleci Eulalia Fávaro. De “**Bairro Lusitano**” a “**Zona Tronca**”: a presença dos portugueses em Caxias do Sul (1911-1931). 1984. 128 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 1984.

LAZZAROTTO, Valentim. **Pobres construtores de riqueza**: absorção da mão de obra e expansão industrial na Metalúrgica Abramo Eberle: 1905-1970. Caxias do Sul: EDUCS, 1981.

LONER, Beatriz Ana. Conferência de abertura: Os lugares da pesquisa em História do Trabalho. **Revista Latino-Americana de História**, São Leopoldo - RS, v. 1, n. 3, p.10-23, mar. 2012. Disponível em: <<http://projeto.unisinos.br/rla/index.php/rla/article/view/64/42>>. Acesso em: 15 jun. 2019.

LOPES, José Sérgio Leite. **A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés**. São Paulo: Marco Zero, 1988.

LOPES, Rodrigo. As origens do bairro Jardelino Ramos. **Pioneiro**, Caxias do Sul, 10 jul. 2019. Memória. Disponível em: <<http://pioneiro.clicrbs.com.br/rs/geral/cidades/noticia/2019/07/as-origens-do-bairro-jardelino-ramos-10951712.html>>. Acesso em: 06 nov. 2019.

MACHADO, Maria Abel. **Construindo uma cidade**: história de Caxias do Sul 1875/1950. Caxias do Sul: Maneco, 2001.

MACHADO, Maria Abel. **Mulheres sem rosto**: operárias de Caxias do Sul/1900-1950. Caxias do Sul: Maneco, 1988.

NETO, Regina Beatriz Guimarães. História, trabalho e memória política. Trabalhadores rurais, conflito social e medo na Amazônia (1970-1980). **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 6, n. 11, p. 129-146, jan./jun. 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/1984-9222.2014v6n11p129/28598>>. Acesso em: 25 jun. 2019.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

SILVA, Túlio dos Reis da. **O crescimento urbano na cidade de Caxias do Sul nos anos de 1972 a 1988**: uma contribuição ao ensino da história local. 2016. 238 f. Dissertação (Mestrado) — Curso de História, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, RS, 2016.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DE CAXIAS DO SUL. **70 anos de história**:

resgatando o passado para fortalecer as lutas presentes e futuras. Caxias do Sul, RS: STIMMME, 2003.

SOBRE o projeto. **Projeto A Honra do Trabalho**, 2013. Disponível em: <<http://projetoahonradotrabalho.blogspot.com/p/sobre-o-projeto.html>>. Acesso em: 01 nov. 2019.

TAVARES, Marcelo Goés. **Do tecer da memória ao tecido da história: operários, trabalho e política na indústria têxtil em Fernão Velho (Maceió, AL, 1943-1961)**. 2016. 210 f. Tese (Doutorado) — Curso de História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

TESSARI, Anthony Beux. **Imagens do labor: memória e esquecimento nas fotografias do trabalho da antiga metalúrgica Abramo Eberle (1896-1940)**. 2013. 318 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**. 8 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2017. v. 1: A árvore da liberdade.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012. v. 2: A maldição de Adão.

TISOTT, Ramon Victor. **Formar trabalhadores, transformar a sociedade: o ensino industrial em três tempos (Caxias do Sul, 1901-1964)**. 2017. 230 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2017.

TISOTT, Ramon Victor. **Pequenos trabalhadores: infância e industrialização em Caxias do Sul (fim do Séc. XIX e início do Séc. XX)**. 2008. 222 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2008.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. *In*: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p 7-72.